

04/09/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[A ciência asfixiada](#)

[UnB ameaçada e sem dinheiro](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Por que a zika afetou mais o Nordeste? Uma toxina pode ser a explicação](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[A falta de um projeto de educação](#)

O GLOBO - RJ

[Fundo eleitoral](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Bolsistas do CNPq têm salário garantido em outubro](#)

[Bolsonaro quer fim de ideologia de gênero](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Alfabetização midiática na educação básica](#)

[Weintraub e a suspensão das bolsas](#)

[Bolsonaro pede a MEC projeto de lei para proibir ideologia de gênero](#)

[Doria manda recolher material sobre identidade de gênero por suposta apologia](#)

[PF prende donos de universidade por esquema com Fies e venda de vagas](#)

[Bolsas do CNPq e Mais Médicos se encontram em Cocal dos Alves](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Doria veta trecho de livro e Bolsonaro quer projeto sobre 'ideologia de gênero'](#)

[Não há consenso sobre como debater tema](#)

[Dono de universidade é preso por venda de vagas](#)

[Governo quer limitar chances no Revalida](#)

O GLOBO - RJ

[Weintraub e a suspensão das bolsas](#)

[Marcos Pontes libera mais um mês de bolsas do CNPq](#)

[Governo vai editar PL contra 'ideologia de gênero'](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Doria recolhe apostilas com apologia à ideologia de gênero](#)

[A necessidade de valorizar o professor](#)

[Alimentação deve ter menos carne e seguir sazonalidade](#)

[Cruzeiro do Sul compra Braz Cubas](#)

Imprensa Estadual

O DIA - PI

[Dinheiro falta](#)

O ESTADO - MS

[MEC anunciou cortes de mestrado, doutorado e pós-doutorado; MS é o mais afetado no](#)

[Centro-Oeste](#)

O LIBERAL - PA

[Corte atinge 89 bolsas no Estado do Pará e economia deve chegar a R\\$ 529 mil](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Funcionários terceirizados da limpeza da Ufba assinam aviso prévio para outubro](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Sem dinheiro, Instituto de Letras pede que alunos economizem papel](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[A falta de um projeto de educação](#)

G1

[Mais 147 bolsas de pesquisa são cortadas pelo Capes na Bahia](#)

[Quase 90 pesquisadores serão afetados pelos cortes de bolsas da Capes no Pará](#)

[O Assunto #08: A seca de recursos para pesquisa no Brasil](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Marcos Pontes diz que remanejou R\\$ 82 milhões para pagar mais um mês de bolsas do CNPq](#)

G1

[Estudantes pagavam até R\\$ 120 mil por vaga com bolsa do Fies: Pegavam lugar de alunos carentes, diz PF](#)

METRÓPOLES

[GDF desiste de impor gestão compartilhada com PM no Gisno](#)

[UnB abre inscrições para vestibular de cursos da educação a distância](#)

PORTAL ISTOÉ

[Não há consenso sobre como fazer o debate da identidade de gênero](#)

PORTAL VEJA

[Deputada do PSOL aciona Bolsonaro na PGR por cortes em bolsas de pesquisa](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Não há consenso sobre como fazer o debate da identidade de gênero](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Estudo identifica fator ambiental evitável que intensificou efeitos da zika, como microcefalia](#)

G1

[Corte da Capes atinge 508 bolsas em Minas Gerais](#)

[Cortes na Capes atingem 14 bolsas de pesquisa para pós-graduação em Sergipe](#)

[Falta de orçamento ameaça mais de 1,1 mil pesquisadores com bolsas do CNPq na região](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Educação e ciência - O furacão chegou ao Brasil](#)

NSC TOTAL - RS

[Cortes na Capes vão atingir 242 bolsas de pesquisa em Santa Catarina até o fim do ano](#)

O PARANÁ - PR

[MEC - corte afeta 11,8 mil bolsas de pós-graduação](#)

PORTAL ÉPOCA

[ESCOLA BOA NO GOVERNO BOLSONARO, SÓ PARA FILHO DE MILITAR](#)

RÁDIO CBN

[UEM estima que 20 bolsas devam ser atingidas com nova decisão da Capes](#)

ZERO HORA - RS

[Com 725 bolsas de pesquisa congeladas, RS é o segundo Estado mais atingido por cortes na Capes](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Em assembleia, UFSC recusa Future-se e aprova indicativo de greve](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo Bolsonaro esmaga a ciência brasileira, diz pesquisador](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EDITORIAL

A ciência asfixiada

A ciência brasileira sofreu mais um golpe em menos de uma semana, o que, praticamente, asfixia o setor de pesquisa, pilar fundamental para qualquer país que almeja o desenvolvimento sustentável em um mundo extremamente competitivo. Nação alguma conseguirá sobressair no contexto mundial sem investimentos pesados em inovação e pesquisa científica. O governo federal, obrigado a fazer contingenciamentos em suas despesas por causa do ajuste fiscal, tem e deve encontrar alternativas viáveis para que o setor altamente estratégico não seja, seguidamente, penalizado.

A comunidade científica foi novamente surpreendida com o anúncio de mais um corte de verbas para a área. Depois de o Ministério da Ciência e Tecnologia anunciar que não tem recursos para honrar os compromissos com os bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), seis dias depois foi a vez de outro importantíssimo órgão de fomento à ciência e à pesquisa sofrer um baque. O Ministério da Educação (MEC) anunciou que estão suspensas mais de 5,6 mil bolsas que seriam distribuídas, até dezembro, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Verdadeiro tiro no pé.

Especialistas acreditam que os cortes podem levar ao colapso da ciência no Brasil. A **Capes**, ao lado do CNPq e da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), é um dos principais órgãos de promoção da pesquisa científica nacional. A instituição, atualmente, tem mais de 210 mil bolsistas em todo o país, sendo mais de 90 de pós-graduação. São Paulo lidera o número de bolsas de estudo, com 24.898, seguido do Rio de Janeiro, com 11.494, Rio Grande do Sul com 10.817 e Minas Gerais com 10.037. Juntos, esses estados responderam por 56,5% do total de bolsas em 2018.

Para o ano que vem, o orçamento da agência foi reduzido praticamente à metade, o que trará reflexos altamente negativos para os projetos e programas em curso. De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA), a **Capes** teria à sua disposição, este ano, R\$ 4,25 bilhões, e a previsão para 2020 é de apenas R\$ 2,2 bilhões, montante considerado muito aquém das reais necessidades do Brasil, que vem perdendo espaço para outros países, no últimos tempos, quando o assunto é pesquisa científica, tecnologia e inovação.

Autoridades garantem que o governo está buscando formas de recompor o orçamento do ano que vem para os órgãos da área. A maior preocupação é a garantia das bolsas destinadas à formação de professores da educação básica - o calcanhar de Aquiles do sistema educacional brasileiro -, preservação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e as do desafio da formação média de 60 mil mestres e 25 mil doutores por ano. Uma das propostas para o cumprimento das metas é a parceria com a iniciativa privada, visando o financiamento de programas de pós-graduação.

Alternativas se impõem, já que o saber científico no Brasil, ao contrário de outros países, é produzido praticamente dentro das universidades e depende, diretamente, do incentivo público. Tamanha riqueza não deve ser colocada em risco. Não se pode permitir o desmonte da ciência brasileira, o que acabará afetando a recuperação econômica. É justamente isso o que acontece quando cortes dessa magnitude são realizados, o que acaba colocando em jogo a própria soberania nacional, pois não existe progresso sem a ciência.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

UnB ameaçada e sem dinheiro

Universidade corre sério risco de não ter como pagar as contas de água e de luz, por exemplo, devido ao contingenciamento de recursos adotado pelo MEC.

Chegamos ao limite, afirma decana de Orçamento, ENSINO SUPERIOR

A Universidade de Brasília (UnB) depende do desbloqueio, ainda em setembro, dos mais de R\$ 48,5 milhões da verba federal para continuar funcionando. Mesmo após a liberação de 7% do recurso, na última segunda-feira, na prática, parte desse montante continua retido por falta de crédito. Enquanto a expectativa da colaboração do Ministério da Educação (MEC) para o fim do contingenciamento não se concretiza, a comunidade acadêmica vive um momento de incerteza e apreensão.

Como a maior parte do corte de 30% no repasse à UnB — previsto pela Lei Orçamentária de 2019 — afeta a área de manutenção, para poder garantir serviços como limpeza e vigilância e impedir que água e luz fossem cortados, a instituição precisou remanejar verbas de outras áreas. Com isso, houve drástica redução nos repasses as 27 unidades acadêmicas, além de suspensão na aquisição de livros, materiais institucionais e de laboratórios.

Nos laboratórios frequentados pela estudante de graduação de química Letícia Silveira, 39 anos, falta utensílios básicos para o desenvolvimento de pesquisas e projetos de iniciação científica. “Muitos laboratórios estão sem reagente, os anfiteatros sucateados. Isso, para nós, é catastrófico. Há cinco anos, quando entrei, tínhamos uma universidade que sobrevivia a muito custo e agora está ficando cada vez mais impossível”, reclama Letícia.

A graduanda pretendia avançar na carreira acadêmica, mas com a atual situação, vê o sonho cada vez mais distante. “Nem me iludo, as bolsas estão sendo cortadas. Quem tem condição, está indo para fora do país, pois não querem ficar em um local em que desprezam o desenvolvimento do conhecimento”, diz Letícia.

Além do bloqueio do MEC, outros cortes, por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, resultaram na suspensão de bolsas de pós-graduação e de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ana Carolina elogia esforço dos professores em preservar a universidade

Remanejamento

Para que a conta feche, a decana de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional, Denise Imbroisi, não vê outra saída senão a liberação dos R\$ 48,5 milhões até o fim do mês. “Estamos fazendo uma verdadeira ginástica orçamentária, trabalhando com datas de vencimento e postergando pagamento de recursos, avaliando, inclusive, a necessidade de se pagar multas. Chegamos ao limite e contamos a compreensão do governo. Não há mais condições de nos mantermos sem o dinheiro cujo uso já é planejado desde o ano anterior”, afirma.

O esforço da equipe está em não deixar com que a universidade decline, diz Denise Imbroisi. “Nosso objetivo é manter o ensino e pesquisa de excelência e nossa obrigação como servidores é colocar todo o empenho para que isso aconteça. Há todo um esforço de sensibilização para mostrar a importância que se tem a academia bem qualificada

para a construção do futuro”.

As articulações para manter serviços básicos da UnB em funcionamento são notadas pela caloura do curso de ciências contábeis Ana Carolina Lima, 19 anos. “A impressão que nós tínhamos antes de as aulas começarem é de que a UnB não funcionaria neste semestre. Vejo a força de vontade dos professores em se virarem e não deixarem cair a qualidade de ensino. Sabemos que o prejuízo maior são nas iniciações científicas e isso nos deixa com um sentimento de incerteza. Espero que os governantes acordem para isso”, opina a estudante.

A Universidade de Brasília está no 15º lugar entre as instituições de ensino superior da América Latina, de acordo o Times Higher Education (THE). Em 2018, ingressou pela primeira vez nos rankings das melhores universidades criadas entre os anos de 1945 e 1966 e também dos países emergentes.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Por que a zika afetou mais o Nordeste? Uma toxina pode ser a explicação

“O trabalho foi todo realizado no Brasil, apesar dos poucos recursos disponíveis”, diz Rehen. O estudo contou com apoio da Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), BNDES, Finep e Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (Ministério da Saúde).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://cadeacura.blogfolha.uol.com.br/2019/09/03/por-que-a-zika-afetou-mais-o-nordeste-uma-toxina-pode-ser-a-explicacao/>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

A falta de um projeto de educação

Depois de ter determinado o contingenciamento de parte significativa dos recursos das universidades federais para 2019, por causa da crise fiscal, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que elas terão, em 2020, o mesmo montante concedido neste ano para custear suas atividades. Também divulgou que, por falta de dinheiro, o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão responsável pela maior parte das bolsas de pós-graduação do País, terá no próximo ano seu orçamento cortado pela metade.

As duas notícias causaram perplexidade nos meios acadêmicos, mas o MEC lembrou que, se comparado com a situação de outros Ministérios, o da Educação acabou sendo privilegiado. O órgão alega que, após negociações com o Ministério da Economia, garantiu 25% de todo o dinheiro previsto para despesas discricionárias do governo federal em 2020. Foram reservados para gastos com custeio e investimento do MEC R\$ 21,2 bilhões – R\$ 2,9 bilhões a mais do que o previsto para a área de saúde.

Em troca dessa garantia, o MEC determinou que não haverá contratações de novos professores e funcionários e que os concursos serão suspensos. A medida prejudicará, basicamente, as universidades federais. A outra vantagem,

que segundo o MEC só será possível com o corte das bolsas da **Capex**, é que com o

acordo firmado com o Ministério da Economia as universidades federais não terão seu orçamento contingenciado em 2020.

Com o encaminhamento de sua situação orçamentária para 2020, independentemente das críticas que certamente virão de reitores e entidades de pesquisadores, o MEC tem agora de anunciar sua política educacional e recuperar o tempo perdido com discussões desnecessárias motivadas por razões meramente ideológicas. Além das medidas de curto prazo, é preciso definir as estratégias de médio e longo prazos, em face dos novos desafios trazidos pelo desenvolvimento da tecnologia para a formação de alunos de todos os níveis escolares. A importância dessas estratégias tem sido enfatizada por conceituados especialistas estrangeiros que têm vindo ao Brasil para participar de seminários.

Um deles é o economista Martin Carnoy, da Stanford University. Tendo sido consultor do Banco Mundial e da Unesco, ele conhece profundamente os gargalos da educação brasileira. Segundo Carnoy, se insistir em buscar mudanças de curto prazo, como os dirigentes do MEC estão acenando, o governo incorrerá em vários erros. “Não há mudanças de curto prazo na educação. O País tem de planejar onde quer estar em 30 anos e o que é preciso fazer até lá. E o governo não tem de falar em proibir doutrinação ideológica em sala de aula nem estimular alunos a filmar professores que pregarem pensamento de esquerda. Isso não ajuda nada”, diz Carnoy.

Outro especialista consultado que esteve recentemente no País para discutir o futuro do trabalho e do ensino foi a cientista política Melissa Nobles, reitora da Escola de Humanidades, Artes e Ciências Sociais do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Sem citar o ministro Abraham Weintraub, que defende o corte de investimentos em ciências humanas para aplicá-los em outras áreas, Nobles defendeu uma tese diametralmente oposta. Segundo ela, as ciências humanas são tão importantes quanto as demais ciências num período histórico de transformação acelerada de tecnologias para a produção de bens e serviços em todo o mundo. São também importantes para ajudar na formulação de políticas de requalificação e treinamento profissional, diz a reitora da Escola de Humanidades, Artes e Ciências Sociais do MIT.

Desde que recorram a argumentos bem fundamentados, os atuais dirigentes do MEC podem concordar ou não com o que dizem os especialistas estrangeiros. O que não podem é encarar a educação exclusivamente pelo viés fiscal e insistir em tratá-la com viés ideológico.

topo 

O GLOBO - RJ - CARTAS DOS LEITORES

Fundo eleitoral

Alguma coisa está muito errada neste nosso Brasil. Nosso (des)governo propõe aumento de 48% no Fundo Eleitoral para 2020, o que vai dar a bagatela de R\$ 2,5 bilhões para os muitos partidos que só representam seus próprios interesses. Enquanto isso, as bolsas de **Capes** e CNPq, que são fundamentais para a pesquisa e o futuro do país, estão ameaçadas por falta de verba. A campanha eleitoral tem que ser feita com recursos arrecadados entre os filiados dos partidos e não por meio da tanga de impostos. JOSÉ CARLOS LUZ BERNARDO RIO

Que país é este? Que desgoverno é este? Reserva-se um montão de dinheiro para o Fundo Eleitoral e corta-se o orçamento da **Capes** e do CNPq, aniquilando a

possibilidade de se desenvolver pesquisa científica no Brasil. Com a palavra, Suas Excelências. Com a desesperança, os jovens brasileiros. SARITA SCHAFFEL RIO

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Bolsistas do CNPq têm salário garantido em outubro

O Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTIC) garantiu o pagamento de 80 mil bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). R\$ 82 milhões serão remanejados do orçamento do próprio CNPq para esse fim. O recurso, entretanto, não é suficiente para fechar o ano. Segundo o ministro Marcos Pontes, o dinheiro foi retirado do fomento às pesquisas - custeio de insumos, equipamentos, viagens - para garantir as bolsas em si, que equivalem a um "salário" para os pesquisadores. Os bolsistas têm dedicação exclusiva, e não podem ter empregos remunerados no contra turno. O pedido foi feito ao Ministério da Economia na semana passada, e a autorização, publicada no Diário Oficial da União de ontem.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Bolsonaro quer fim de ideologia de gênero

O presidente Jair Bolsonaro que proibir a chamada "ideologia de gênero" nas escolas de ensino fundamental do país. Ontem, pelo Twitter, afirmou que vai solicitar ao Ministério da Educação (MEC) um projeto de lei que tenha como resultado tal proibição. Na mensagem, Bolsonaro se refere a uma manifestação encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo advogado-geral da União, que se posicionou contrário a uma lei municipal de Londrina (PR), que proíbe o debate das questões referentes a gênero nas escolas públicas do município. O presidente já se manifestou em diversas ocasiões de forma crítica à "ideologia de gênero". Em 10 de agosto, por exemplo, ao participar do evento evangélico Marcha para Jesus - pela família e para o Brasil, em Brasília, Bolsonaro relacionou a expressão a algo demoníaco. É do "capeta", teria dito.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Alfabetização midiática na educação básica

Domínio da tecnologia não garante competência

A literacia, ou alfabetização midiática, "abrange a capacidade de compreensão de interpretação e produção de textos e imagens, e entender como as mídias podem influenciar a liberdade de expressão, o desenvolvimento, a democracia, a boa governança e a percepção dos eventos que afetam seus cotidianos" (Unesco, 2016, pág. 1).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/alfabetizacao-midiatica-na-educacao-basica.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELIO GASPARI

Weintraub e a suspensão das bolsas

Brasil tem que conviver com ministro que assina documento sem ler e suspende auxílio à pesquisa

Num governo que fez a opção preferencial pelo folclore radical, Abraham Weintraub é um personagem inesquecível. É legítimo herdeiro do general Aurélio de Lyra Tavares, que há exatos 50 anos governava o Brasil na junta militar que empalmou o poder diante da incapacidade do presidente Costa e Silva. O doutor Weintraub pediu dinheiro ao

ministro Paulo Guedes referindo-se à “suspensão” de pagamentos. Dias depois, explicou-se dizendo que assinou a carta de oito páginas sem lê-la.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2019/09/weintraub-e-a-suspensao-das-bolsas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Bolsonaro pede a MEC projeto de lei para proibir ideologia de gênero
Presidente disse ter feito determinação à pasta após manifestação da AGU
Brasília

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta terça-feira (3) ter determinado ao Ministério da Educação que redija um projeto de lei para proibir a abordagem de questões de gênero nas escolas de ensino fundamental.

Segundo Bolsonaro, a medida ocorre após uma manifestação da AGU (Advocacia-Geral da União) sobre a quem cabe legislar sobre o tema. O anúncio foi feito por meio das redes sociais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/bolsonaro-pede-a-mec-projeto-de-lei-para-proibir-ideologia-de-genero.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Doria manda recolher material sobre identidade de gênero por suposta apologia
Como o governador, Bolsonaro também defende veto a ideologia de gênero em escolas; termo não é reconhecido por acadêmicos
São Paulo

O governador João Doria (PSDB) mandou recolher das escolas estaduais um material didático que fala em identidade de gênero.

A menção consta de apostila de ciências enviada aos alunos do 8º ano do ensino fundamental, que têm, em regra, de 13 a 14 anos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/doria-manda-recolher-material-que-cita-identidade-de-genero-e-fala-em-apologia.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

PF prende donos de universidade por esquema com Fies e venda de vagas
Operação Vagatomia identificou fraudes da Universidade Brasil na capital e interior de SP
São Paulo | UOL

A PF (Polícia Federal) prendeu nesta terça-feira (3) os donos da Universidade Brasil e outras 20 pessoas. Eles estariam envolvidos em fraudes no Fies (Financiamento Estudantil do Governo Federal) e na venda de vagas para o curso de medicina em São Paulo.

A operação, chamada "Vagatomia", identificou que o esquema funcionava nas unidades da universidade em São Paulo, São José do Rio Preto e Fernandópolis.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/pf-prende-donos-de-universidade-por-esquema-com-fies-e-venda-de-vagas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Bolsas do CNPq e Mais Médicos se encontram em Cocal dos Alves

Os três únicos médicos da cidade no Piauí foram medalhistas de matemática e custearam os estudos com o prêmio

D. Isaura, minha mãe, é professora aposentada da educação primária em Portugal. Quando iniciou a carreira, a colocação de professores em escolas públicas era baseada em um concurso anual. Cada candidato disputava com a nota de formatura, mais um bônus por cada ano de serviço. Em desvantagem relativa, os mais jovens ficavam com as escolas menos disputadas, em lugares pequenos e remotos. O povoado na província de Trás-os-Montes onde comecei a escola, informalmente aos 4 anos, está cercado por montanhas que no inverno ficavam nevadas e infestadas de lobos famintos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/marceloviana/2019/09/bolsas-do-cnpq-e-mais-medicos-se-encontram-em-cocal-dos-alves.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Doria veta trecho de livro e Bolsonaro quer projeto sobre 'ideologia de gênero'

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), mandou recolher material didático de Ciências para adolescentes de 13 anos da rede paulista que, segundo ele, fazia apologia à "ideologia de gênero". A apostila tratava de diversidade sexual e explicava termos como "transgênero" e "bissexual". Também ontem, o presidente Jair Bolsonaro disse ter determinado ao Ministério da Educação (MEC) que elabore um projeto de lei contra a "ideologia de gênero" no ensino fundamental, que atende jovens de 6 a 14 anos.

O material da rede paulista, para estudantes do 8.º ano do fundamental 2, traz texto chamado "Sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual". Ele aborda a diversidade sexual e explica diferentes termos como "transgênero", "homossexual" e "bissexual". No caso de "transgênero", por exemplo, a definição é "pessoa que nasceu com determinado sexo biológico e que não se identifica com o seu corpo".

No material, há o seguinte trecho: "Podemos dizer que ninguém 'nasce homem ou mulher', mas que nos tornamos o que somos ao longo da vida, em razão da constante interação com o meio social." A apostila, parte de uma coleção distribuída pela rede desde 2009, foi atualizada este ano e chegou às escolas em agosto.

Cerca de 30 minutos depois, Bolsonaro falou no Twitter. Na publicação nas redes sociais, ele destacou que a Advocacia-Geral da União já se manifestou no sentido de que "legislar sobre ideologia de gênero" é uma competência federal. O governador e o presidente têm críticos da "ideologia de gênero" entre seus partidários e vêm disputando esse público, já mirando a eleição de 2022.

Para entender. A abordagem sobre transexualidade e identidade de gênero na infância ou na adolescência não é consensual na sociedade. Parte dos pais discorda da proposta de tratar desses assuntos sob viés diferente de suas crenças pessoais ou em idade considerada, na visão dessas famílias, prematura para essas discussões. Outro grupo defende a inclusão do debate sobre sexualidade nos colégios como forma de estimular o respeito à diversidade, o combate ao preconceito e promoção à saúde pública, ao evitar doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce (mais informações nesta página).

Para os defensores do debate, o termo teria surgido após a igualdade de gênero ser reconhecida como luta da Organização das Nações Unidas (ONU) há 25 anos. No caso, grupos contrários – sobretudo religiosos – passaram a usar o termo “ideologia de gênero” para combater e dar tom negativo à causa. Um guia técnico internacional sobre educação sexual elaborado em 2018 pela Unesco, braço da ONU para educação, diz, em capítulo dedicado à construção social de gênero, que é importante para crianças de 5 a 8 anos “entender a diferença entre sexo biológico e gênero”.

Já o outro grupo vê ênfase equivocada nos estudos do psicólogo e sexólogo John William Money, que nos anos 1950 foi um dos primeiros a postular que a diferença entre homens e mulheres é um fato social, uma construção, em vez de algo biológico. Também foi um dos primeiros a popularizar a palavra “gender” para definir identidade sexual. Anteriormente, gender era um termo gramatical usado para se definir se algo era masculino, feminino ou neutro.

A apostila vetada frisava que “ninguém nasce homem ou mulher”. “Fomos alertados de um erro inaceitável no material escolar dos alunos do 8.º ano da rede estadual”, escreveu Doria, no Twitter. Segundo a Secretaria da Educação, a “responsabilidade pela aprovação do conteúdo” está sendo apurada. Ainda segundo a pasta, não haverá prejuízo material nem de conteúdo aos jovens.

Para a secretaria, o termo “identidade de gênero” está em desacordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define os objetivos de aprendizagem em cada etapa escolar, aprovada em 2017 pelo Ministério da Educação. A nota ainda completa que “o assunto extrapola os documentos que tratam do respeito às diferenças e à multiplicidade de visões da nossa sociedade”. O governo paulista anunciou também que vai instaurar uma comissão de especialistas para analisar esse e todos os outros materiais produzidos para as escolas.

Em Brasília. Procurado, o MEC informou que ainda não vai se posicionar sobre o pedido para elaborar um projeto de lei sobre “ideologia de gênero”. O presidente Bolsonaro já criticava publicações sobre a diversidade de gênero e sexual antes mesmo de ser eleito presidente. Enquanto parlamentar, ele criticou o chamado “kit gay” – um material anti-homofobia para formação de professores, feito por uma ONG, que não chegou a ser distribuído.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Não há consenso sobre como debater tema

Enquanto alguns especialistas em educação destacam a importância de debater a identidade de gênero nas escolas, outros acreditam que o currículo deve focar em conteúdos “essenciais”. Já grupos religiosos veem uma ameaça à família.

Segundo a presidente executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, a identidade de gênero faz parte da rotina jovem e é importante “abrir espaço para esse tipo de debate”. Para ela, a grande dificuldade é preparar os professores. “Não é a mesma coisa que ensinar equação do segundo grau. É preciso ter apuro pedagógico.” Por isso, ela diz compreender o receio de algumas famílias de que a discussão seja feita de modo exagerado e “passe dos limites do que é esperado da escola e tenha colisão com os valores que elas acreditam”. Esse exagero também é temido por movimentos como o Escola sem Partido.

Para Claudia Costin, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-diretora do Banco Mundial, “informar que isso (identidade de gênero) existe é, sim, papel da educação” e recolher livros seria algo “no extremo”. Segundo ela, países como Inglaterra e França também incluem a identidade de gênero na educação de seus jovens.

Já o ex-secretário executivo do MEC João Batista Araújo e Oliveira tem dúvidas sobre a necessidade dessa elaboração nos colégios. “O currículo e o livro didático deveriam se concentrar em questões essenciais para a formação das pessoas, isso deveria estar definido em currículo. Se bem feito, dificilmente incluiria essas questões.”

Religião. A bancada evangélica, por sua vez, celebrou a proposta de Bolsonaro. “Parabéns. Essa questão de gênero já foi derrotada pelo Congresso em 2013”, afirmou um dos líderes do grupo, o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ). Durante a Marcha para Jesus em Brasília, no dia 10, o presidente ressaltou que ideologia de gênero “é coisa do capeta”. “Família é homem e mulher.” Da mesma forma, desde os anos 1990 a Igreja Católica critica essa linha. Neste ano pela primeira vez o Vaticano lançou texto a respeito: “Homem e Mulher os Criou”. Já o papa Francisco ligou a defesa do termo à “guerra global” contra a família.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Dono de universidade é preso por venda de vagas

A Polícia Federal deflagrou ontem operação que apura esquema de fraudes na concessão do Financiamento Estudantil (Fies) e a venda de vagas e transferências de alunos do exterior para o curso de Medicina oferecido pela Universidade Brasil, no interior paulista. Entre os presos está José Fernando Pinto da Costa, dono da instituição.

A PF também apura fraudes em bolsas do programa Universidade para Todos (ProUni) e nos cursos de complementação do Revalida, exame para revalidação de diploma. Estimativas iniciais do órgão indicam que, nos últimos cinco anos, aproximadamente R\$ 500 milhões do Fies e do ProUni foram concedidos de forma fraudulenta.

Além de Costa e do filho dele, foram alvo de ordens de prisão diretores e funcionários das unidades onde as fraudes foram identificadas, em São Paulo, São José do Rio Preto e Fernandópolis. A PF investiga, ainda, integrantes de “assessorias”, que vendiam vagas em Medicina e bolsas.

Segundo a PF, esses benefícios eram negociados por até R\$ 120 mil por aluno. As investigações duraram oito meses e identificaram que o líder do esquema era o próprio dono da universidade. Alunos e pais que pagaram pela vaga ou financiamento também poderão responder pela prática. Em nota, a universidade informou que “as atividades

seguirão as rotinas” e está à disposição da Polícia Federal. O MEC não se pronunciou até as 23 horas.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Governo quer limitar chances no Revalida

BRASÍLIA

O Ministério da Educação (MEC) quer limitar as tentativas do Revalida, a prova feita por médicos formados no exterior interessados em trabalhar no País. Hoje, o teste pode ser feito quantas vezes for necessário, até o médico ser aprovado.

“Quem não passou não passou. Tchau. Pendura na parede o diploma e apresenta para os amigos”, disse o ministro Abraham Weintraub. Não foi definido, porém, o número máximo de tentativas. O MEC avalia ainda retirar o subsídio da prova.

Na última edição do exame, realizada em 2017, interessados pagaram R\$ 150 para fazer a primeira fase e R\$ 450 para a segunda – valores bem abaixo do custo da prova. Pelos cálculos do MEC, o gasto com cada aluno chega a R\$ 6 mil.

Weintraub atribuiu a demora na realização do exame justamente à falta de recursos. “O Estado brasileiro quebrou. Não tem mais condição de fazer cortesia”, disse o ministro, em referência ao subsídio. Na avaliação da equipe, médicos formados no exterior têm condições de arcar com custos do exame. “Médicos que vão fazer faculdade no exterior não são coitados”, disse o ministro. E, mais tarde, completou: “Se pagar vai ter. Se não pagar, não tem”.

No novo formato, a prova poderia ser ofertada duas vezes ao ano. As mudanças foram discutidas com o Ministério da Saúde. O governo quer que o exame seja descentralizado e possa ser ofertado por instituições públicas e particulares, o que poderia promover concorrência entre universidades. A proposta é que as particulares autorizadas no Revalida possam também oferecer aulas para validar disciplinas que eventualmente faltem no currículo do candidato.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ELIO GASPARI

Weintraub e a suspensão das bolsas

Num governo que fez a opção preferencial pelo folclore radical, Abraham Weintraub é um personagem inesquecível. É legítimo herdeiro do general Aurélio de Lyra Tavares, que há exatos 50 anos governava o Brasil na junta militar que empalmou o poder diante da incapacidade do presidente Costa e Silva. O doutor Weintraub pediu dinheiro ao ministro Paulo Guedes referindo-se à "suspensão" de pagamentos. Dias depois, explicou-se dizendo que assinou a carta de oito páginas sem lê-la.

Em março de 1964, o general Lyra Tavares escreveu ao seu chefe, Humberto Castelo Branco, falando em "acessoramento", numa carta em que meteu também um "encorage". Como o general acabou seus dias num fardão da Academia Brasileira de Letras, o ministro da Educação tem pouco a temer. (Quando a ditadura vivia seu período de abrandamento, era comum que panfletos e documentos militares criticassem a "distenção") Com Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), Weintraub compõe o triunvirato folclórico do governo Bolsonaro. Uma cedilha a mais ou a menos mão deve ser motivo para se condenar uma pessoa. Grave mesmo é que no dia em que se noticia a suspensão do pagamento de 5.613 bolsas

de mestrado e doutorado, o ministro vá para vitrine escrevendo que "tem gente que acredita em Saci Pererê, em Boi Tatá e em Mula sem Cabeça; e tem gente que acredita no Datafolha". Seu chefe manifestou o mesmo ceticismo em relação a uma pesquisa que mostrou a corrosão de sua popularidade, lembrando que tem gente que acredita em Papai Noel. Tudo bem porque qualquer fantasia é admissível para quem se vê mal numa pesquisa, inclusive a de acreditar no bom velhinho.

Ministro da Educação é outra história, sobretudo num país que precisa de pesquisadores. O Brasil que já conviveu com um ministro do Exército que escreveu "acessoramento" pode conviver com outro, na Educação, que assina sem ler um documento mencionando uma "supenção" de pagamentos. Mais difícil será conviver com um administrador que suspende todas (repetindo, todas) as novas bolsas de mestrado e doutorado do país.

Weintraub poderia abrir o debate do financiamento dessas bolsas, de sua qualidade e dos critérios que as orientam. Também poderia reconhecer a gravidade da suspensão, organizando-se para minorar seus efeitos. Nessa discussão haverá espaço para vida inteligente. É sempre bom lembrar que nos seus 21 anos de duração, a ditadura demitiu, prendeu e exilou cientistas, mas também montou uma sólida base de estímulo à pesquisa. Poucos professores foram tão patrulhados pela esquerda em 1964 quanto o reitor Zeferino Vaz, da Universidade de Brasília. A partir de 1966 ele comandou a organização da Unicamp, que está hoje entre as melhores do país. O campus da universidade leva seu nome. Deve-se a Sérgio Buarque de Holanda a distinção, na política brasileira, entre conservadorismo e atraso. Talvez Zeferino fosse conservador, mas atrasado não era. Weintraub é atrasado, só.

Ele acha que existe um boi chamado Ta-tá. O boitatá é uma enorme serpente de fogo que protege as matas. Ricardo Salles e Bolsonaro, por exemplo, sentiram o bafo do boitatá.

topo 

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Marcos Pontes libera mais um mês de bolsas do CNPq

Ministro da Ciência e Tecnologia diz que remanejou R\$ 82 milhões, mas afirma que ainda faltam R\$ 248 milhões para fechar o ano

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, afirmou ontem que remanejou R\$ 82 milhões no orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para garantir o pagamento das cerca de 80 mil bolsas financiadas pela agência referente ao mês de setembro,

com desembolso em outubro. Depois disso, ainda serão necessários cerca de R\$ 250 milhões para fechar o ano. O pagamento efetivo no próximo mês, no entanto, ainda depende de uma autorização do Ministério da Economia.

Pontes ressaltou que a medida é emergencial, mas que o problema persiste:

—Pedi para transferir R\$ 82 milhões da área de fomento do CNPq para ade bolsas. Ou seja, começara cortar na carne, realmente, para garantir uma extensão de tempo aqui, enquanto a gente espera o Ministério da Economia decidir a respeito da continuidade do pagamento das bolsas. Mesmo transferindo esses R\$ 82 milhões, ainda vão faltar R\$ 248 milhões.

O ministro vem reclamando publicamente há meses que o orçamento do CNPq para bolsas acabaria em setembro. Embora não tenha havido contingenciamento nessa rubrica específica, adoção autorizada pelo Congresso, de R\$ 784,7 milhões em 2019, tem um déficit de R\$ 330 milhões em relação ao ano passado.

Segundo Pontes, duas fontes de recursos estão sendo avaliadas para sanar o problema: dinheiro de dividendos dos bancos, previstos para entrar no caixa do governo em setembro, que poderiam ser transferidos ao CNPq, ou parte dos recursos recuperados pela Lava-Jato, cuja destinação depende de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

—É importante para o país, são 80 mil bolsistas e pesquisas importantes para o Brasil que não podem parar —defendeu Pontes.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Governo vai editar PL contra ‘ideologia de gênero’

Presidente Jair Bolsonaro determinou ao MEC que construa proposta para proibir a abordagem da temática no ensino fundamental; governador de SP, João Doria pediu recolhimento de livro didático do 8º ano que explorava o assunto

O presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem que o Ministério da Educação (MEC) vai elaborar um projeto de lei que “proíba ideologia de gênero no ensino fundamental”. Em mensagem escrita no Twitter, Bolsonaro afirmou que deu ordem ao órgão “visando princípio da proteção integral da criança”. A medida veio a público após a ministra da Mulher, da Família, e dos Direitos Humanos, Damares Alves, publicar em suas redes sociais a foto de um livro adotado pela rede estadual paulista no 8º ano com temas relacionados à questão de gênero.

Educadores, no entanto, defendem uma abordagem responsável do tema, que pode evitar questões graves como o abandono escolar.

Segundo Bolsonaro, a ordem ao MEC tem como base um parecer dado pela Advocacia-Geral da União (AGU). O documento foi emitido em uma ação que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito de uma lei de Londrina, no Paraná, que impede que o conceito de gênero seja trabalhado na rede municipal.

A cruzada contra a chamada “ideologia de gênero”, termo rejeitado por educadores, foi uma das principais plataformas políticas de Bolsonaro na campanha, e a discussão da questão na educação tem sofrido investidas do MEC.

LIVROS DE SÃO PAULO

No fim da noite de anteontem, a ministra Damares Alves publicou no Instagram a foto de um livro do 8º ano da rede estadual de São Paulo. A página do material trazia explicações sobre sexo biológico e identidade de gênero, abordando questões como homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade. Depois da publicação feita pela ministra, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), afirmou em suas redes sociais que determinou o recolhimento imediato da publicação. Disse ainda que vai apurar a responsabilidade pela circulação do livro.

“Não concordamos e nem aceitamos apologia à ideologia de gênero”, escreveu Doria.

Em nota, a Secretaria Estadual de Educação afirmou que o tema está em desacordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que dá diretrizes para os currículos do país, e com o Novo Currículo Paulista.

Em 2017, após pressão do governo Michel Temer para atender à bancada evangélica, o Conselho Nacional de Educação (CNE) retirou da BNCC termos relacionados à questão. Na época, o CNE afirmou que publicaria posteriormente uma resolução para regulamentar a abordagem do tema, mas, até o momento, isso não aconteceu. De acordo com Ivan Siqueira, presidente da Câmara de Educação Básica do órgão, o CNE deve discutir o assunto neste ano. Ele afirma que a BNCC de maneira alguma restringe o tema em sala de aula.

— É preciso verificar se esse projeto do MEC não usurpará direitos. Acho que talvez seja uma questão de retórica, não é tão simples assim (proibir o tema). É preciso analisar com base nos marcos legais que existem, e eles vão no sentido de uma educação global, que contempla os aspectos da contemporaneidade —afirmou.

Professora da Faculdade de Educação da Unicamp, Telma Vinha defende que abordar o tema pode reverter quadros preocupantes:

—Esses alunos são os maiores alvos de bullying, os que mais apresentam evasão, os de maior risco de suicídio. O preconceito só é transformado quando trabalhado na escola.

O GLOBO entrou em contato com o MEC para saber detalhes sobre o projeto de lei, mas até a conclusão da edição não obteve resposta.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Doria recolhe apostilas com apologia à ideologia de gênero

O governador de São Paulo, João Doria, determinou ontem o "imediato recolhimento" de material escolar destinado a alunos do 8º ano da rede estadual que, segundo ele, continha "um erro inaceitável". "Não concordamos e nem aceitamos apologia à ideologia de gênero", disse Doria. O anúncio foi feito pelo Twitter, duas horas depois de o presidente Jair Bolsonaro ter feito um comentário, também em sua conta na plataforma, anunciando que determinou ao Ministério da Educação (MEC) que prepare um projeto de lei "que proíba ideologia de gênero no ensino fundamental".

Antes de os dois levarem o tema da ideologia de gênero às redes, o assunto do material escolar já agitava usuários e Bolsonaro se antecipou a Doria.

O livro de Ciências para alunos do 8º ano vetado por Doria, o motivo da celeuma, continha um exercício, em forma de debate, sobre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, abordando a homossexualidade e bissexualidade. "A orientação sexual é uma atração espontânea e não influenciável, que só pode ser conhecida pelo indivíduo que a vivencia", diz trecho de um texto que propõe o debate em grupo entre os estudantes sobre o assunto. O trecho foi extraído de material do Ministério da Saúde: "Gênero e sexualidade na perspectiva da diversidade sexual".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

valor.com.br/politica/6420235/doria-recolhe-apostilas-com-apologia-ideologia-de-genero

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

A necessidade de valorizar o professor

Um dos pesquisadores que mais me impressionou recentemente em economia foi o Raj Chetty, jovem professor da universidade de Harvard, que tem pesquisa fascinante sobre educação, mobilidade social e desigualdade. Raj Chetty usa "big data" para entender como crianças vulneráveis podem ter melhores perspectivas na vida adulta.

Em trabalho com dois outros pesquisadores, John Friedman e Jonah Rockoff, Raj Chetty cruzou dados do Valor Adicionado (VA) dos professores da rede pública no desempenho escolar de mais de um milhão de crianças nos Estados Unidos com informações da declaração do imposto de renda dessas mesmas crianças quando adultas e aos 28 anos de idade. As conclusões desse estudo impressionam. Os autores mostram que alunos expostos a bons professores na infância e adolescência não só aumentam as chances de frequentarem universidades no futuro, e com isso terem salários mais elevados quando adultos, mas também diminuem as chances de uma gravidez indesejada na adolescência e a probabilidade de viverem em locais violentos.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

Alimentação deve ter menos carne e seguir sazonalidade

A produção de carne e outros produtos de origem animal ocupa 75% das terras aráveis do planeta, não só para pastagem, mas também para a produção de ração, especialmente soja e milho. Mas as carnes e derivados são responsáveis por apenas 12% das calorias consumidas no mundo. No Brasil, por exemplo, estima-se que 90% da soja produzida seja para consumo animal. São muitos recursos naturais usados para alimentar bovinos, suínos e aves que estão longe de ser a principal fonte de energia para os seres humanos.

"No Brasil, 85% das terras são dedicadas à produção de soja e milho, sendo que a maior parte disso é destinado à ração animal", diz o professor Carlos Armênio Khatounian, do departamento de produção vegetal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP). "A área agrícola mundial está decrescendo, por processos de desertificação, erosão e salinização, tendo em vista o uso inadequado do solo", afirma o pesquisador. Para ele, o grande desafio é a mudança no padrão alimentar, com a diminuição da demanda por produtos de origem animal. Dessa forma, será possível alimentar os 10 bilhões de habitantes que a Terra deverá ter em 2050.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

valor.com.br/agro/6420015/alimentacao-deve-ter-menos-carne-e-seguinter-sazonalidade

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Cruzeiro do Sul compra Braz Cubas

Após dois anos de negociações, a Cruzeiro do Sul Educacional fechou a aquisição de 100% do centro universitário Braz Cubas, uma das instituições de ensino superior mais tradicionais da região metropolitana de São Paulo.

Fundada em Mogi das Cruzes há quase 80 anos por seis famílias, a Braz Cubas vinha passando por uma reestruturação societária. A ideia inicial era apenas profissionalizar a gestão, mas com o aumento da concorrência no setor, o centro universitário optou pela venda. Pesou na escolha do comprador, além do valor, a relação antiga entre um dos

fundadores, Mauricio Chermann, e Hermes Figueiredo, da Cruzeiro do Sul. O valor da transação não foi divulgado, mas o mercado estima que pode ter girado na casa dos R\$ 150 milhões.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6420191/cruzeiro-do-sul-compra-braz-cubas#impresso528172>

topo ↕

O DIA - PI - BRICKMANN

Dinheiro falta

A **Capes**, **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, anunciou que, pelo Orçamento, só terá dinheiro para pagar metade das bolsas de pós-graduação em 2020 – sim, isso significa que teremos menos gente altamente preparada. O CNPq, Conselho Nacional de Pesquisas, anunciou que o dinheiro de suas 80 mil bolsas dura até o quinto dia útil de setembro.

topo ↕

O ESTADO - MS - BRASIL

MEC anunciou cortes de mestrado, doutorado e pós-doutorado; MS é o mais afetado no Centro-Oeste

A **Capes** (**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**), vinculada ao Ministério da Educação MEC, anunciou o corte de 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado em todo o país no início desta semana. No Estado, o impacto da medida atinge 107 bolsistas com uma economia prevista em mais de R\$ 714 mil nos últimos quatro meses de 2019. Ainda sobre o corte, Mato Grosso do Sul é o Estado mais atingido da região Centro-Oeste.

As mais de 5 mil bolsas estavam previstas para os quatro meses restantes do ano. Conforme o presidente da instituição, **Anderson Ribeiro Correia**, os cortes representam uma economia de R\$ 37,8 milhões para este ano, e, nos próximos quatro anos, a previsão é que R\$ 544 milhões deixem de ser investidos em bolsas. “Devido ao contingenciamento para o orçamento da coordenação será necessário congelar 1,94% do total para este ano, preservando parcela principal dos benefícios”, disse Correia à Agência Brasil.

“O critério utilizado para esse bloqueio é para bolsas não utilizadas, com objetivo de preservar todos os bolsistas em vigor”, concluiu. Sobre o contingenciamento, o valor atingido pela iniciativa em 2019 foi de R\$ 819 milhões previstos na Lei do Orçamento Anual, -19,15% do total de R\$ 4,2 bilhões. Para o próximo ano, o projeto de lei orçamentário prevê que a **Capes** receba R\$ 2,2 bilhões, quase metade do previsto de 2019 (51,7%) ou 64,1% do valor real pós- contingenciamento.

“A gente está trabalhando com a possibilidade de descontingenciamento e a visão para 2020, o que pode melhorar a situação dos bolsistas no país”, disse o presidente da **Capes**. Conforme a Agência Brasil, o presidente da instituição garantiu que as metas de formação de mestres e doutores para 2024 serão cumpridas, conforme o previsto no Plano Nacional de Educação e estabelecidas pela Lei nº 13.005/2014.

A meta de formação de 60 mil mestres ao ano já foi superada e a meta de 25 mil doutores se aproxima. De acordo com os dados da **Capes**, atualmente são 65 mil mestres e 23 mil doutores formados por ano no Brasil.

topo ↕

O LIBERAL - PA - OPINIÃO

Corte atinge 89 bolsas no Estado do Pará e economia deve chegar a R\$ 529 mil BRASÍLIA

O corte de 5.613 bolsas de pós-graduação no País, anunciado na segunda-feira pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vai atingir 89 incentivos no Estado do Pará. O número foi repassado ontem a O LIBERAL pelo órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC). No geral, a tesourada nessas 89 bolsas paraenses ativas vai gerar uma economia para o governo federal de R\$ 529,9 mil.

Esse é o 14º maior volume de congelamento dentre as 27 Unidades da Federação. São Paulo surge em primeiro, com corte de 1.673 bolsas (R\$ 11,5 milhões), Rio Grande do Sul, com interrupção de 725 bolsas (R\$ 4,7 milhões) e Rio de Janeiro, com menos 684 incentivos (R\$ 4,5 milhões). Dentre as regiões, a medida vai impactar 2.918 bolsas no Sudeste (R\$ 20 milhões), 1.407 no Sul (R\$ 9 milhões), 740 no Nordeste (R\$ 5 milhões), 343 no Centro-Oeste (R\$ 2,3 milhões) e 205 no Norte (R\$ 1,26 milhão).

Além das 89 bolsas paraenses, os cortes nos Estados nortistas atingem 38 incentivos em Rondônia (R\$ 207,9 mil), 24 no Amazonas (R\$ 165 mil), 20 em Tocantins (R\$ 98,5 mil), 17 em Roraima (R\$ 131,2 mil), 11 no Acre (R\$ 80,6 mil) e seis no Amapá (R\$ 46,9 mil).

Em todo o País, as bolsas de pós-graduação cortadas somam 5.613, o que equivale a 6% do total de 92.680 incentivos mantidos atualmente, no âmbito da pós pela **Capes**. Conforme o governo, o congelamento deve gerar uma economia de R\$ 37,8 milhões neste ano.

A cifra pode chegar a R\$ 544 milhões considerando todo o período de vida útil dessas bolsas (de dois a quatro anos, em média). Se contabilizadas todas as 211.784 bolsas ativas da **Capes**, que incluem formação de professores da educação básica, os cortes atingirão 2,65% do total. A tesourada ocorreu por conta do contingenciamento de recursos no Executivo Federal.

A **Capes** teve R\$ 819 milhões bloqueados de um orçamento de R\$ 4,2 bilhões neste ano. As bolsas cortadas seriam ofertadas de setembro a dezembro deste ano, após a conclusão da formação dos atuais estudantes que as recebem. No protocolo normal, elas voltariam para o sistema para serem repassadas a outros alunos. Mas, com o corte, deixarão de ser reativadas para novos bolsistas. O corte, portanto, não teve critérios por área ou qualidade do curso. Todas as bolsas que seriam concedidas até o fim do ano estão suspensas.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, afirmou que a ideia foi poupar ao menos os bolsistas que estão com o incentivo no momento. “Nessa linha de preservar todos os bolsistas em vigor fizemos o bloqueio de bolsas ainda não utilizadas mas que seriam incorporadas”, disse Correia, ao anunciar os novos cortes.

Fizemos o bloqueio de bolsas ainda não utilizadas mas que seriam incorporadas.”

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Funcionários terceirizados da limpeza da Ufba assinam aviso prévio para outubro **Profissionais assinaram aviso prévio na última segunda-feira (2) e só trabalham até 10 de outubro**

Os funcionários responsáveis pela limpeza interna da Universidade Federal da Bahia (Ufba) só trabalharão até o próximo dia 10 de outubro. Nesta segunda-feira (2), todos os terceirizados pela empresa Liderança, que detém o contrato dos serviços de limpeza interna da universidade, assinaram o aviso prévio.

Entre os funcionários, o clima é de incerteza e medo. Depois da assinatura do aviso, os funcionários seguirão trabalhando por pouco mais de um mês. Eles ainda não sabem se serão recontratados por outra empresa ou pela própria Liderança.

“Estamos sem saber o que vai acontecer com a gente. São por volta de 600 funcionários que estão com medo de ficar sem emprego. Trabalho na limpeza da Ufba há 25 anos e é comum, na troca de empresa, que a gente seja demitido e recontratado pela nova empresa. Mas, o boato é que não tem uma nova empresa para entrar”, disse uma funcionária, sem se identificar.

Procurada, a Ufba respondeu por meio de nota que, desde que foi informada da entrega dos avisos prévios, tem mantido diálogo com a empresa. “A Reitoria tem buscado solucionar a grave situação atravessada pela universidade, deixando claro o agravamento do quadro orçamentário, que frustra o planejamento de redução do passivo da Ufba, mediante um conjunto de medidas já tomadas de redução de contratos e limitação de gastos”, diz a nota da universidade.

A Ufba afirma, ainda, que o cenário atual está relacionado ao bloqueio de verbas sofrido pelas instituições de ensino superior este ano. O contrato não inclui o Hospital das Clínicas (Hupes), que é atendido pela Locserv.

“Apesar de todos os esforços já realizados, com o bloqueio de nossos recursos de custeio, a ausência de garantia de execução orçamentária plena do montante aprovado na LOA (Lei Orçamentária Anual) para 2019 e o quadro indefinido acerca da reposição plena do orçamento no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) para 2020, a Ufba vê-se confrontada com um cenário de possível ampliação drástica do passivo e de imediata dificuldade para a gestão de contratos, com a ameaça inclusive de interrupção de serviços”, diz.

Além dos serviços de limpeza, a Ufba já esteve ameaça de ficar sem vigilância, semana passada. Os funcionários chegaram a iniciar uma greve, que suspendeu aulas, sobretudo no noturno.

Contrato

Procurada, a empresa Liderança não respondeu aos questionamentos do CORREIO sobre o contrato. Em julho, a Ufba informou que o contrato, vencido no dia 9 daquele mês, havia sido prorrogado por mais seis meses. Na ocasião, a universidade informou que estava reduzindo a metragem a ser limpa nas áreas externas para economizar, diante do bloqueio nos recursos, mas que tinha mantido a metragem original nas áreas internas.

O contrato assinado com a empresa Liderança data de 9 de julho de 2014, com validade de um ano e podendo ser prorrogado por 60 meses - cinco anos. O último termo aditivo

disponível no site da instituição estendia o serviço até o dia 9 de julho de 2019.

A Pró-reitora de Administração da Ufba, Dulce Maria Carvalho Guedes, confirmou que a pró-reitoria entrou em contato com a Liderança. Ainda de acordo com ela, cerca de 300 terceirizados trabalham na limpeza. O Ministério da Educação (MEC), por sua vez, informou, nesta segunda-feira (2), ter liberado recursos para 115 institutos federais.

Impacto na universidade

Na comunidade acadêmica, a notícia pegou muitos de surpresa. “E agora? Vão ser quantos pais e mães de família chorando sem emprego?”, questionou um dos funcionários da Liderança, que não quis ser identificado. “É muito preocupante essa situação. A Ufba não está deixando porque quer. Se essa empresa sair, o que vai acontecer?”, se preocupa a estudante Sthefany Lima, de Produção Cultural. Francisco Barbosa acredita que limpeza as unidades deve piorar (Marina Silva/CORREIO)

A maior preocupação dos estudantes é com a manutenção das atividades da universidade sem serviços básicos como o de limpeza. “Já temos dificuldade nos banheiros, até com materiais, sabão, papel higiênico. Fica tudo sujo. Imagine agora”, afirma o aluno de Engenharia Francisco Barbosa, 20.

“O papel destes servidores é essencial para a universidade. Eles dão o bem-estar para a gente. Além de que são pessoas muito importantes, têm famílias, estamos bastante preocupados com a situação”, disse a vice-diretora do Instituto de Geociências da Ufba, Simone Moraes.

Envio de verbas

A situação orçamentária da Universidade Federal da Bahia é apontada como a causadora dos problemas de infraestrutura e de manutenção dos serviços na instituição. Durante a paralisação dos vigilantes terceirizados, a Ufba afirmou estar em diálogo com o Ministério da Educação (MEC) para viabilizar o “desbloqueio total do orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual, que lhe permitirá regularizar os pagamentos a seus fornecedores”.

Em nota enviada ontem, o MEC informou ter liberado um total de R\$ 614,4 milhões para 115 institutos federais, na última segunda (2). O texto informa que as verbas vão ser destinadas para a manutenção e o custeio das instituições.

“A prioridade são as despesas com água, energia elétrica, vigilância, limpeza, terceirizados em geral, aluguéis, bem como assistência estudantil e funcionamento de restaurantes universitários”, informou a pasta.

Do total, foram repassados R\$ 376,7 milhões para as universidades federais. “O percentual de liberação foi de 7% do valor total da dotação inicial (LOA) de cada instituição”, esclareceu. Até a última quinta-feira (29), a pasta informou que havia enviado R\$ 75,6 milhões para a Ufba, em 2019.

Conteção de gastos

Também em nota, a Federal da Bahia alegou que a reitoria busca solucionar a “grave situação atravessada pela universidade, deixando claro o agravamento do quadro

orçamentário, que frustra o planejamento de redução do passivo da Ufba”.

A universidade ressalta que tem tomado medidas de redução de contratos e limitação de gastos. Mesmo com as ações já tomadas pela administração da universidade, a instituição afirma possuir dificuldade para a gestão dos contratos, o que gera ameaça de interrupção de serviços.

*Com supervisão da chefe de reportagem Perla Ribeiro

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

Sem dinheiro, Instituto de Letras pede que alunos economizem papel

O contingenciamento de recursos imposto sobre as universidades e os institutos federais pelo Ministério da Educação (MEC) levou a direção do Instituto de Letras (IL) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) a pedir aos alunos colaboração com a limpeza e a economia de materiais no prédio.

Em e-mail enviado ontem aos estudantes do instituto, o IL pede que eles economizem na utilização dos materiais dos toaletes, cuja compra consome dois terços dos recursos destinados a materiais de limpeza e higiene. "Pedimos a todos que procurem economizar no uso de toalhas de papel e papel higiênico dos banheiros", diz o texto.

A nota ainda apresenta outra situação causada pela falta de verbas: "Lamentavelmente teremos agora apenas uma funcionária a fazer a limpeza de cada prédio por turno, o que tornará o trabalho delas extremamente pesado", informa o e-mail. O corte no número de terceirizados na universidade vem sendo adotado desde 2015 e se intensificou neste ano, atingindo principalmente as áreas de limpeza.

O IL ainda pede que os frequentadores do instituto auxiliem na manutenção da limpeza do prédio: "Coisas simples como não jogar o lixo no chão, recolher o lixo de sala de aula, evitar jogar água ou papel no chão dos banheiros, não esquecer de dar a descarga nos vasos sanitários, etc., ajudarão em muito o serviço das funcionárias da limpeza", pede o texto.

Recentemente, o dinheiro mais curto na Ufrgs afetou até mesmo a emissão da carteirinha de aluno, que dá acesso a serviços como empréstimos em bibliotecas e entrada no restaurante universitário e em prédios da instituição.

Os cortes ainda atingem serviços de outras universidades, como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que cortou o suco nas refeições dos restaurantes universitários (RUs). Universidades e IFs de todo o País estão sendo alvo de restrição de orçamento desde o primeiro semestre deste ano, impostos pela gestão do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

A falta de um projeto de educação

Ministério da Educação anunciou que as universidades terão, em 2020, o mesmo montante concedido neste ano para custear suas atividades

Depois de ter determinado o contingenciamento de parte significativa dos recursos das universidades federais para 2019, por causa da crise fiscal, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que elas terão, em 2020, o mesmo montante concedido neste ano para custear suas atividades. Também divulgou que, por falta de dinheiro, o orçamento

da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão responsável pela maior parte das bolsas de pós-graduação do País, terá no próximo ano seu orçamento cortado pela metade.

As duas notícias causaram perplexidade nos meios acadêmicos, mas o MEC lembrou que, se comparado com a situação de outros Ministérios, o da Educação acabou sendo privilegiado. O órgão alega que, após negociações com o Ministério da Economia, garantiu 25% de todo o dinheiro previsto para despesas discricionárias do governo federal em 2020. Foram reservados para gastos com custeio e investimento do MEC R\$ 21,2 bilhões – R\$ 2,9 bilhões a mais do que o previsto para a área de saúde.

Em troca dessa garantia, o MEC determinou que não haverá contratações de novos professores e funcionários e que os concursos serão suspensos. A medida prejudicará, basicamente, as universidades federais. A outra vantagem, que segundo o MEC só será possível com o corte das bolsas da **Capes**, é que com o acordo firmado com o Ministério da Economia as universidades federais não terão seu orçamento contingenciado em 2020.

Com o encaminhamento de sua situação orçamentária para 2020, independentemente das críticas que certamente virão de reitores e entidades de pesquisadores, o MEC tem agora de anunciar sua política educacional e recuperar o tempo perdido com discussões desnecessárias motivadas por razões meramente ideológicas. Além das medidas de curto prazo, é preciso definir as estratégias de médio e longo prazos, em face dos novos desafios trazidos pelo desenvolvimento da tecnologia para a formação de alunos de todos os níveis escolares. A importância dessas estratégias tem sido enfatizada por conceituados especialistas estrangeiros que têm vindo ao Brasil para participar de seminários.

Um deles é o economista Martin Carnoy, da Stanford University. Tendo sido consultor do Banco Mundial e da Unesco, ele conhece profundamente os gargalos da educação brasileira. Segundo Carnoy, se insistir em buscar mudanças de curto prazo, como os dirigentes do MEC estão acenando, o governo incorrerá em vários erros. “Não há mudanças de curto prazo na educação. O País tem de planejar onde quer estar em 30 anos e o que é preciso fazer até lá. E o governo não tem de falar em proibir doutrinação ideológica em sala de aula nem estimular alunos a filmar professores que pregarem pensamento de esquerda. Isso não ajuda nada”, diz Carnoy.

Outro especialista consultado que esteve recentemente no País para discutir o futuro do trabalho e do ensino foi a cientista política Melissa Nobles, reitora da Escola de Humanidades, Artes e Ciências Sociais do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Sem citar o ministro Abraham Weintraub, que defende o corte de investimentos em ciências humanas para aplicá-los em outras áreas, Nobles defendeu uma tese diametralmente oposta. Segundo ela, as ciências humanas são tão importantes quanto as demais ciências num período histórico de transformação acelerada de tecnologias para a produção de bens e serviços em todo o mundo. São também importantes para ajudar na formulação de políticas de requalificação e treinamento profissional, diz a reitora da Escola de Humanidades, Artes e Ciências Sociais do MIT.

Desde que recorram a argumentos bem fundamentados, os atuais dirigentes do MEC podem concordar ou não com o que dizem os especialistas estrangeiros. O que não

podem é encarar a educação exclusivamente pelo viés fiscal e insistir em tratá-la com viés ideológico.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Mais 147 bolsas de pesquisa são cortadas pelo Capes na Bahia

Este é o terceiro anúncio de cortes do anos. Nos dois primeiros, estado perdeu 90 bolsas. Em todo o país, são 5.613 vagas cortadas a partir deste mês.

A Bahia teve mais 147 bolsas de pesquisa cortadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**). O anúncio foi feito na segunda-feira (2) e detalhado nesta terça (3). Este é o terceiro corte neste ano. Ao todo, 237 bolsas deixarão de ser oferecidas somente no estado.

Capes corta 5.613 bolsas a partir deste mês e prevê economia de R\$ 544 milhões em 4 anos

De acordo com a **Capes**, com o novo corte, espera-se economizar R\$ 954.621,68 na Bahia. Em todo o país, a economia deverá ser de R\$ 544 milhões, com 5.613 bolsas cortadas a partir deste mês. No Brasil, a **Capes** vai deixar de oferecer cerca de 11 mil bolsas e não serão aceitos novos pesquisadores neste ano.

A **capes** alega que por causa do contingenciamento orçamentário, a medida é necessária para garantir o pagamento dos bolsistas já cadastrados. Na Bahia, a notícia mexeu com a comunidade científica, que teme prejuízo no desenvolvimento das pesquisas.

Patricia Conceição é estudante de mestrado do instituto de saúde coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ela deve concluir a pesquisa que está fazendo na área de política e saúde e defender a tese até o início do ano que vem, mas está apreensiva com os cortes anunciados.

"Se a bolsa não sair agora, nesse mês, eu não pago meu aluguel. Tem estudante que não vai poder vir para a faculdade porque não tem dinheiro para o transporte. Tem estudante que vai ter que voltar para sua cidade, porque é do interior e está aqui estudando com a bolsa. Então, mexe não é só com a pesquisa, é com a vida do estudante toda", disse Patricia Conceição.

Os cortes são feitos nas chamadas bolsas ociosas, período de substituição de alunos que estão concluindo os estudos para os novos candidatos que vão ocupar as vagas.

No Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, são 31 bolsistas de mestrado ou doutorado, mas, por enquanto, nenhuma vaga ociosa. Para o coordenador de pós-graduação, Luís Eugênio Portela, a situação fica cada vez mais complicada, porque reduz as oportunidades para alunos que querem se dedicar exclusivamente as pesquisas.

"A gente perde os que têm mais possibilidade de se dedicar em tempo integral para isso e os que têm mais necessidade da bolsa para sua sobrevivência. São pesquisadores que estão deixando de ser formados e conhecimento que está deixando de ser produzido", disse Luís Eugênio Portela.

Além dos cortes de vagas da **capes**, O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que tem 2.399 mil bolsas ativas para estudantes

baianos da iniciação científica até pós-doutorado, anunciou que só tem recursos para o pagamento da bolsa referente ao mês de agosto. Na UFBA, são cerca de 260 vagas.

Para o coordenador de ensino de pós graduação, Sérgio Ferreira, se não tiver um suplemento da verba, todos esses estudantes vão ficar sem receber a partir do próximo mês, o que pode prejudicar as pesquisas.

"Um prejuízo para os alunos que estão concluindo seus trabalhos, bem como para os professores, os orientadores, que têm projetos que são financiados por órgãos nacionais, órgãos internacionais, e que poderão ficar descobertos por conta dessa parada", disse Sérgio Ferreira.

Alan que estuda na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Juazeiro, no norte do estado, até adiantou o mestrado para garantir o doutorado, mas agora já não sabe mais de vai conseguir. Situação que preocupa e desanima os estudantes.

"A pesquisa que eu desenvolvi e iria concluir não vai ser mais possível se eu não tiver subsídios para poder realizá-la. Eu teria que buscar outras alternativas para me sustentar, e, de fato, isso vai atrapalhar e impossibilitar que eu continue trabalhando com a pesquisa", disse Alan.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Quase 90 pesquisadores serão afetados pelos cortes de bolsas da Capes no Pará. Cortes do governo federal deve bloquear 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado no país, o que representa R\$38 milhões.

O terceiro bloqueio de recursos do governo federal na educação afeta 89 pesquisadores no Pará. Com a medida, 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado serão cortadas, o que representa R\$38 milhões.

A nova medida econômica anunciada pelo Ministério da Educação, associada a outros cortes, reduz pela metade o orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) em 2020. Cerca de 11 mil bolsas vão ser suspensas pelos próximos quatro anos.

Por falta de dinheiro, a doutoranda em educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mary Jose, disse que vai ser obrigada a reduzir a abrangência da pesquisa que realiza. Em vez de cinco municípios, ela só poderá realizar estudos em apenas uma cidade. Mary disse que, provavelmente, não vai receber o recurso, entre os nove pesquisadores do doutorado em educação, selecionados para receber bolsas neste semestre.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

O Assunto #08: A seca de recursos para pesquisa no Brasil

Para discutir as consequências dos cortes nas bolsas de fomento à pesquisa e à educação, Renata Lo Prete ouve Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da FAPESP, e Ardilhes Moreira, editor de educação do G1.

Você pode ouvir O Assunto no G1, no Spotify, no Google Podcasts ou no Apple Podcasts. Assine ou siga O Assunto, para ser avisado sempre que tiver novo episódio no

ar.

Nesta semana, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**) anunciou a suspensão de 5.613 bolsas de estudo, a partir desse mês. É o terceiro corte e, ao todo, a **Capes** vai deixar de oferecer 11 mil bolsas em todo o país. Na prática, novos pesquisadores não serão aceitos em 2019.

Já o CNPQ a situação não é muito diferente. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico suspendeu a concessão de novas bolsas. Nesta terça, o Ministério de Ciência e Tecnologia recebeu autorização para remanejar R\$ 82 milhões do orçamento, dinheiro suficiente para pagar, em outubro, as 80 mil bolsas de pesquisa do órgão, mas não suficiente para fechar o ano.

Para entender como fica o futuro das pesquisas científicas no Brasil diante dessa crise financeira, Renato Lo Prete conversa com Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), e Ardilhes Moreira, editor de educação do G1.

O que são podcasts?

Um podcast é como se fosse um programa de rádio, mas não é: em vez de ter uma hora certa para ir ao ar, pode ser ouvido quando e onde a gente quiser. E em vez de sintonizar numa estação de rádio, a gente acha na internet. De graça.

Dá para escutar num site, numa plataforma de música ou num aplicativo só de podcast no celular, para ir ouvindo quando a gente preferir: no trânsito, lavando louça, na praia, na academia...

Os podcasts podem ser temáticos, contar uma história única, trazer debates ou simplesmente conversas sobre os mais diversos assuntos. É possível ouvir episódios avulsos ou assinar um podcast – de graça - e, assim, ser avisado sempre que um novo episódio for publicado.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Marcos Pontes diz que remanejou R\$ 82 milhões para pagar mais um mês de bolsas do CNPq

Ministro destacou que depende do aval do Ministério da Economia e que ainda faltarão R\$ 250 milhões para fechar o ano

BRASÍLIA - O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, afirmou nesta terça-feira que remanejou R\$ 82 milhões no orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para garantir o pagamento das cerca de 80 mil bolsas financiadas pela agência de fomento referente ao mês de setembro, com desembolso em outubro. Depois disso, ainda serão necessários cerca de R\$ 250 milhões para fechar o ano. O pagamento efetivo no próximo mês, no entanto, ainda depende de uma autorização do Ministério da Economia para ampliação do limite orçamentário do órgão.

Pontes ressaltou que a medida é emergencial para ganhar tempo, mas que o problema da falta de verbas persiste:

— Eu pedi para transferir R\$ 82 milhões da área de fomento do CNPq para a área de

bolsas. Ou seja, começar a cortar na carne, realmente, para garantir uma extensão de tempo aqui, enquanto a gente espera o Ministério da Economia decidir a respeito da continuidade do pagamento das bolsas. Mesmo transferindo esses R\$ 82 milhões, ainda vão faltar R\$ 248 milhões.

Ele fez a ressalva de que o remanejamento não garante o pagamento de setembro:

— Mesmo esses R\$ 82 milhões, vale ressaltar que depende da Economia também. A gente pode fazer a transferência interna, mas eles têm que nos dar o nosso limite, para a gente poder usar esse recurso.

O ministro vem reclamando há meses, publicamente, que o orçamento do CNPq para bolsas acabaria em setembro. Embora não tenha havido contingenciamento nessa rubrica específica, a dotação autorizada pelo Congresso, de R\$ 784,7 milhões em 2019, tem um déficit de R\$ 330 milhões.

Segundo Pontes, duas fontes de recursos estão sendo avaliadas para sanar o problema da falta de verbas das bolsas: dinheiro de dividendos dos bancos, previstos para entrar no caixa do governo em setembro, que poderiam ser transferidos ao CNPq, ou parte dos recursos recuperados pela Lava-Jato, cuja destinação depende de uma decisão do Supremo Tribunal Federal. O ministro fez uma defesa enfática contra os cortes na área.

— Eu sou o cara chato que fica falando o tempo todo sobre isso. O que eu estou falando é importante para o país, são 80 mil bolsistas, são pesquisas importantes para o Brasil que não podem parar (...) Os outros ministros sabem, todo mundo está focado na sua área. Eu espero que a Economia nos ajude.

Ele destacou ainda a relevância da área para o desenvolvimento do Brasil:

— A parte de ciência e tecnologia funciona como uma ponta de lança para o desenvolvimento econômico do país. E são investimentos, é importante ressaltar isso, muitas vezes as pessoas pensam como gastos. Ciência e tecnologia têm um retorno de investimento muito alto, todos os países desenvolvidos são desenvolvidos porque aplicaram em ciência e tecnologia.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Estudantes pagavam até R\$ 120 mil por vaga com bolsa do Fies: Pegavam lugar de alunos carentes, diz PF

Investigações apontaram que estudantes eram filhos de fazendeiros, servidores públicos, políticos e amigos dos donos da instituição, todos com alto poder aquisitivo. Ao todo, 19 pessoas foram presas durante operação Vagatomia.

Os estudantes que compraram vagas, pagaram por transferências ou pela concessão do Financiamento Estudantil do Governo Federal (Fies) para estudar medicina na Universidade Brasil, em Fernandópolis (SP), são filhos de fazendeiros, servidores públicos, políticos e amigos dos donos da instituição, de acordo com as investigações da PF.

A operação denominada Vagatomia foi deflagrada nesta terça-feira (3) na região noroeste paulista. O dono da Universidade Brasil, José Fernando Pinto da Costa, de 63 anos, e outras 18 pessoas foram presas.

Segundo o delegado da PF, Cristiano Pádua, todos possuem alto poder aquisitivo e as famílias dos universitários chegaram a pagar cerca de R\$ 120 mil pelas vagas.

Mesmo sem perfil de beneficiário do Fies, os jovens tinham acesso aos recursos do Governo Federal. Investigações da PF apontam que milhares de alunos carentes por todo o Brasil podem ter sido prejudicados em razão das fraudes.

"Essas fraudes, além dos prejuízos, tiravam vagas dos alunos mais carentes que se enquadravam nos requisitos e tinham direito, e perdiam porque esses alunos compravam por meio de supostas assessorias", diz o delegado.

"As pessoas que não foram aprovadas nos vestibulares por não terem condições e competência conseguiriam terminar a faculdade simplesmente porque tinham poder aquisitivo. Com isso, elas atenderiam pacientes durante décadas, colocando a vida das pessoas em risco", explica o delegado.

Ainda de acordo com o delegado, investigações apontam que centenas de alunos compravam essas vagas. "Eles cometeram crimes e vamos apurar se esse número de estudantes que compravam vagas é maior", explica.

Estudantes que cursam medicina no campus de Fernandópolis, mas que preferiram não se identificar, afirmaram à TV TEM que sabiam do esquema e que se sentem lesadas com a situação. Além disso, elas reclamam do aumento excessivo de vagas.

"Eu fui prejudicada pelo esquema porque desde quando entrei na faculdade eu venho tentando uma vaga em um financiamento regular, que é avaliado pelo Enem. Com o passar do tempo, começamos a perceber que as vagas preenchidas tinham notas inferiores a que tínhamos conseguido", afirma a estudante.

De acordo com a Polícia Federal, o dono da Universidade Brasil, José Fernando Pinto da Costa, de 63 anos, e o filho dele, Stefano Bruno, foram presos. Eles são apontados pela PF como chefes do esquema que desviou mais de R\$ 500 milhões.

Além dos dois, outras 18 pessoas também foram presas durante a operação intitulada como Vagatomia. Entre elas, funcionários da universidade e o presidente e o vice do Fernandópolis Futebol Clube.

Ainda segundo a PF, todo o dinheiro desviado por eles, além de afetar a qualidade do ensino e tirar vagas de quem realmente merecia, também era utilizado em benefício próprio.

"Eles compravam helicópteros, jatos e faziam diversas viagens. Enquanto isso, registros comprovam que na faculdade muitas vezes faltavam itens básicos como papel higiênico e toner para impressoras", afirma Pádua.

Para o procurador do Ministério Público Federal, Carlos Aberto Rios, houve negligência por parte das instituições que deveriam fiscalizar os programas de financiamento estudantil do governo para evitar possíveis fraudes.

"O Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação (FNDE) e Caixa Econômica Federal falharam no controle e na fiscalização dos atos da Universidade Brasil e dos alunos. Apesar do que a lei determina, os três órgãos foram totalmente inoperantes para garantir e evitar fraudes básicas”, disse Carlos Alberto Rios.

As investigações começaram no início do ano após a PF receber informações de que estariam ocorrendo irregularidades no campus de um curso de medicina em Fernandópolis.

De acordo com a PF, vagas para ingresso, transferência e financiamentos Fies para o curso de medicina estariam sendo negociados por até R\$ 120 mil por aluno.

O esquema contava com “assessorias educacionais”, que vendiam vagas no curso de medicina, financiamentos Fies e Prouni, além de fraudes em cursos relacionados ao Exame Revalida.

De acordo com a PF, essas assessorias tinham o apoio dos donos e toda a estrutura administrativa da universidade para negociar centenas de vagas para alunos, que aceitaram pagar pelas fraudes em troca de matrícula no curso de medicina.

Como resultado da investigação, a Operação Vagatomia foi deflagrada na manhã desta terça-feira (3).

Ao todo, 250 policiais federais foram às ruas para cumprir 77 mandados nas cidades de Fernandópolis, São Paulo, São José do Rio Preto (SP), Santos (SP), Presidente Prudente (SP), São Bernardo do Campo (SP), Porto Feliz (SP), Meridiano (SP), Murutinga do Sul (SP), São João das Duas Pontes (SP) e Água Boa (MT).

Entre os mandados expedidos estão 11 prisões preventivas, 11 prisões temporárias, 45 ordens de busca e apreensão e 10 medidas cautelares (alternativas à prisão). A Justiça Federal também determinou o bloqueio de bens e valores dos investigados até o valor de R\$ 250 milhões.

A Polícia Federal informou que durante a operação alguns investigados tentaram fugir no momento das prisões e outros jogaram celulares de prédios, antes da entrada dos policiais. Os celulares foram recuperados e os foragidos foram localizados e presos.

O material apreendido será encaminhado para a PF em Jales, onde passará por análise no interesse das investigações em curso.

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

GDF desiste de impor gestão compartilhada com PM no Gisno

Em contrapartida, segundo o secretário de Educação, será feita nova consulta à comunidade escolar no CEF 407, em Samambaia

Após críticas de professores, estudantes, pais, parlamentares e alguns deputados, o Governo do Distrito Federal (GDF) desistiu de implantar a gestão compartilhada entre as secretarias de Segurança e Educação no Gisno, na 907 Asa Norte. Além disso, o GDF fará nova consulta popular com a comunidade escolar do Centro de Ensino Fundamental (CEF) 407 de Samambaia. As informações foram confirmadas ao Metrôpoles pelo secretário de Educação, João Pedro Ferraz.

As duas unidades recusaram, em votação realizada no último dia 17, a implantação do

modelo, que ficou conhecido como “escolas militarizadas”. No mesmo dia, outros três colégios aprovaram a iniciativa, que começou em fevereiro, em forma de projeto-piloto, em quatro instituições.

Depois da votação, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), disse que implementaria o modelo nas duas unidades, apesar da recusa, o que provocou embates e culminou na saída do então secretário de Educação, Rafael Parente. Após as polêmicas, o emedebista disse que daria mais tempo para que a questão fosse debatida. Nessa terça-feira (03/09/2019), o martelo foi batido.

“O governador, Ibaneis Rocha, me delegou a solução para essa questão. Quanto ao Gisno, se a própria escola se manifestou por meio de votação e disse que não quer, não vamos insistir”, revelou Ferraz ao Metrôpoles. Contudo, salientou o secretário, uma nova consulta pode ser feita no futuro. Todavia, não há data para o pleito.

Samambaia

O caso do CEF 407 de Samambaia é diferente, e será definida uma data para a nova votação. Isso porque, segundo Ferraz, parte da comunidade escolar fez manifestações a favor da gestão compartilhada com a Polícia Militar após a votação do dia 17 que recusou o modelo.

“Na escola de Samambaia, tivemos o apelo de pais, especialmente após o recente episódio de violência no qual um aluno foi esfaqueado em frente ao colégio, logo depois da primeira votação. Isso nos autoriza a rever o processo e fazer nova consulta”, justificou o secretário de Educação. A pasta trabalha em pequenas reformas para o CEF poder acolher 20 colaboradores da Polícia Militar, caso a consulta aprove o modelo compartilhado.

João Pedro Ferraz fará visitas ao Gisno e ao CEF 407 de Samambaia nos próximos dias. O secretário pretende conversar diretamente com as duas comunidades escolares.

Ao mesmo tempo, o secretário mantém conversas com membros da Secretaria de Segurança Pública (SSP) responsáveis pelas escolas compartilhadas. Nesse sentido, as duas pastas estão montando cursos de capacitação de professores e militares parceiros. O objetivo é dar ferramentas para os profissionais trabalharem melhor juntos.

Para facilitar a transferência de conhecimento e a parceria, também serão feitas palestras e eventos. “O objetivo é que eles possam entrar nas escolas de maneira harmônica. Pretendo fazer isso colégio por colégio”, informou Ferraz.

Críticas

Na tarde dessa terça-feira (03/09/2019), a gestão compartilhada recebeu críticas na Câmara Legislativa. Na avaliação de alguns deputados, não houve melhora de desempenho dos alunos das escolas militarizadas. “É a prova clara de que o governo local não tem uma política educacional. Ninguém sabe o que faz, até o secretário já foi trocado. Isso explica o caos na Educação”, protestou Reginaldo Veras (PDT).

A imposição da gestão compartilhada nas duas escolas despertou críticas de parlamentares e instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Distrito Federal (OAB-DF). O Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) acusou

o GDF de adotar postura antidemocrática ao passar por cima da vontade popular da consulta.

A crise levou à queda do então secretário de Educação, Rafael Parente. O agora ex-gestor não escondeu o desconforto com a decisão do governo pela implantação forçada do modelo – e foi exonerado pelo governador.

Ibaneis Rocha, por outro lado, criticou o Sinpro-DF, acusando o sindicato de ter descumprido o acordo de não fazer campanha contra ou a favor do modelo das escolas antes das consultas. No auge do debate, Ibaneis chegou a subir o tom das críticas: “Chega de esquerdismos. Chega de esquerdopatas”, disse em evento no último dia 19. Desde então os ânimos arrefeceram, e o GDF busca solução consensual para as divergências.

Pesquisa

Em junho, a Secretaria de Segurança Pública divulgou pesquisa realizada com 1,2 mil pessoas, sendo 962 estudantes. O balanço aponta que 75% dos professores entrevistados querem que os militares permaneçam nas escolas em que o modelo funciona. Do total, metade dos alunos e 86,9% dos servidores mostraram-se favoráveis.

Quanto à sensação de segurança, quase 90% dos estudantes avaliaram o ambiente escolar como seguro (53,3%) ou muito seguro (36,5%). Nesse mesmo quesito, 88,8% dos professores e 98,8% dos servidores têm a mesma impressão.

De acordo com balanço da Secretaria de Educação, 55,21% dos professores entrevistados acreditam que o novo modelo “tornou as escolas um lugar melhor para se trabalhar”, e 75,6% dos educadores querem que os militares permaneçam.

O modelo

No início de 2019, quatro escolas tiveram o modelo implantado: CED 1 da Estrutural; CED 308 do Recanto das Emas; CED 7 de Ceilândia; e CED 3 de Sobradinho. Em 10 de agosto, a gestão compartilhada foi aprovada pelo CED Estância III de Planaltina. As comunidades escolares dos CEF 1 do Núcleo Bandeirante, CED 1 do Itapoã e CEF 19 de Taguatinga também disseram “sim” à iniciativa.

Com a anuência ao projeto, as unidades recebem a ajuda de 20 a 25 militares. Há ainda a necessidade de os colégios se adequarem aos padrões previstos para uniforme, corte de cabelo e aparência. As forças de segurança não serão responsáveis por todas as aulas, ao contrário de como ocorre no Colégio Militar de Brasília. A parte pedagógica na rede pública de ensino continua sob responsabilidade de professores, diretores e orientadores.

A PM cuida da parte burocrática e da segurança, como o controle da entrada e da saída dos alunos, filas, monitoramento de pátios e corredores. Os militares trabalham ainda conceitos de ética, cidadania e segurança.

Para que as escolas participassem do processo, foram usados critérios estatísticos, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o Índice de Desenvolvimento Humano (medido com base em indicadores de saúde, educação e renda) e o mapa da violência na região onde fica a escola.

topo ↗

METRÓPOLES - TEMPO REAL

UnB abre inscrições para vestibular de cursos da educação a distância Estão previstas 1,3 mil vagas em cursos de licenciatura, para nove estados e o Distrito Federal

A Universidade de Brasília (UnB) abriu inscrições para o vestibular dos cursos de licenciatura na modalidade de educação a distância nas áreas de artes visuais, educação física, física, geografia, letras português, música, pedagogia e teatro.

Os cursos, que preveem 1,3 mil vagas em nove estados e no Distrito Federal, são gratuitos e ofertados por meio do Centro de Educação a Distância (Cead).

As inscrições vão até as 18h desta quinta-feira (05/09/2019). A taxa de inscrição custa R\$ 60 e pode ser paga até o dia 24 de setembro.

Os estados participantes do Vestibular a Distância 2019 são Acre, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins, e o Distrito Federal.

Os interessados devem fazer a prova do vestibular presencialmente, na data provável de 13 de outubro, em uma das seguintes cidades: Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), Palmas (TO), Porto Alegre (RS), Rio Branco (AC), São Paulo (SP) e Vitória (ES).

A avaliação consiste em 80 questões objetivas mais uma redação – de caráter eliminatório e classificatório. Os vestibulandos dos cursos de artes visuais, música e teatro precisam fazer também a prova de habilidades específicas, que está prevista para novembro.

Resultado

A lista de aprovados na primeira etapa estará disponível no site do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) às 17h do dia 20 de dezembro.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criada em 2005 e é uma rede formada por instituições públicas que oferecem cursos de nível superior na modalidade a distância. A UnB integra esse sistema desde 2007 e oferta cursos de licenciatura e especializações para mais de 20 municípios de todas as regiões do país.

topo ↗

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Não há consenso sobre como fazer o debate da identidade de gênero

Enquanto alguns especialistas em educação destacam a importância de debater a identidade de gênero nas escolas, outros acreditam que o currículo deve focar em conteúdos “essenciais”. Já grupos religiosos veem uma ameaça à família.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), mandou recolher nesta terça-feira, 3, material didático de Ciências para adolescentes de 13 anos da rede paulista que, segundo ele, fazia apologia à “ideologia de gênero”. A apostila tratava de diversidade sexual e explicava termos como “transgênero” e “bissexual”. Também na terça, o presidente Jair Bolsonaro disse ter determinado ao Ministério da Educação (MEC) que

elabore um projeto de lei contra a “ideologia de gênero” no ensino fundamental, que atende jovens de 6 a 14 anos.

Segundo a presidente executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, a identidade de gênero faz parte da rotina jovem e é importante “abrir espaço para esse tipo de debate”. Para ela, a grande dificuldade é preparar os professores. “Não é a mesma coisa que ensinar equação do segundo grau. É preciso ter apuro pedagógico.” Por isso, ela diz compreender o receio de algumas famílias de que a discussão seja feita de modo exagerado e “passe dos limites do que é esperado da escola e tenha colisão com os valores que elas acreditam”. Esse exagero também é temido por movimentos como o Escola sem Partido.

Para Claudia Costin, pesquisadora da Fundação Getulio Vargas (FGV) e ex-diretora do Banco Mundial, “informar que isso (identidade de gênero) existe é, sim, papel da educação” e recolher livros seria algo “no extremo”. Segundo ela, países como Inglaterra e França também incluem a identidade de gênero na educação de seus jovens.

Já o ex-secretário executivo do MEC João Batista Araújo e Oliveira tem dúvidas sobre a necessidade dessa elaboração nos colégios. “O currículo e o livro didático deveriam se concentrar em questões essenciais para a formação das pessoas, isso deveria estar definido em currículo. Se bem feito, dificilmente incluiria essas questões.”

Religião

A bancada evangélica, por sua vez, celebrou a proposta de Bolsonaro. “Parabéns. Essa questão de gênero já foi derrotada pelo Congresso em 2013”, afirmou um dos líderes do grupo, o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ). Durante a Marcha para Jesus em Brasília, no dia 10, o presidente ressaltou que ideologia de gênero “é coisa do capeta”. “Família é homem e mulher.” Da mesma forma, desde os anos 1990 a Igreja Católica critica essa linha. Neste ano pela primeira vez o Vaticano lançou texto a respeito: “Homem e Mulher os Criou”. Já o papa Francisco ligou a defesa do termo à “guerra global” contra a família. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

[topo](#)

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Deputada do PSOL aciona Bolsonaro na PGR por cortes em bolsas de pesquisa Talíria Petrone pede que os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico custeiem bolsas já concedidas

A deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) entrou nesta terça com uma representação na PGR contra Jair Bolsonaro por causa dos cortes na Educação e na Ciência e Tecnologia, “em especial no que tange o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que corre o risco de paralisar suas atividades ainda este ano”.

No documento, a deputada pede que os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) sejam usados para o pagamento das bolsas já concedidas. Esse Fundo recebe recursos de impostos, juros de empréstimos e royalties da produção de petróleo e gás, concessões e geração de energia, entre outros e, por ser uma reserva emergencial, só poder ser liberada por decreto do presidente.

De acordo com Talíria, “a prioridade do governo se evidencia pelas escolhas orçamentárias”, já que foi liberado 1,5 bilhão de reais para garantir a aprovação da

reforma da Previdência, sendo 439,6 milhões de reais em emendas parlamentares e mais 1,135 bilhão de reais destinadas a ações de saúde nos municípios. “O próprio ministro da Educação afirmou que os 926 milhões de reais cortados na educação foram destinados ao pagamento de emendas parlamentares para a aprovação da reforma, o que caracteriza claro desvio de finalidade e gera indício de improbidade administrativa”, argumenta.

A deputada requer:

- A investigação acerca da utilização de recursos que deveriam ser destinados a educação, mas que se deslocaram ao pagamento de emenda parlamentares – o que representaria desvio de finalidade e configuraria ato de improbidade administrativa;
- A garantia do pagamento de todas as bolsas já concedidas, utilizando, inclusive o recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- Que sejam desbloqueadas as bolsas ainda não ocupadas por novos bolsistas, mas já previamente destinadas a renovação e substituição;
- Sejam assegurados os recursos previstos nas leis orçamentárias para as Universidades e Institutos Federais;
- Seja reconhecido que o financiamento da educação e da saúde devem ser prioridades orçamentárias e, portanto, eventuais cortes e contingenciamentos devem atingi-los apenas em última instância e jamais podem gerar a paralisação destes serviços.

O documento foi entregue para a procuradora dos Direitos do Cidadãos, Deborah Duprat.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Não há consenso sobre como fazer o debate da identidade de gênero

São Paulo

Enquanto alguns especialistas em educação destacam a importância de debater a identidade de gênero nas escolas, outros acreditam que o currículo deve focar em conteúdos "essenciais". Já grupos religiosos veem uma ameaça à família.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), mandou recolher nesta terça-feira, 3, material didático de Ciências para adolescentes de 13 anos da rede paulista que, segundo ele, fazia apologia à "ideologia de gênero". A apostila tratava de diversidade sexual e explicava termos como "transgênero" e "bissexual". Também na terça, o presidente Jair Bolsonaro disse ter determinado ao Ministério da Educação (MEC) que elabore um projeto de lei contra a "ideologia de gênero" no ensino fundamental, que atende jovens de 6 a 14 anos.

Segundo a presidente executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, a identidade de gênero faz parte da rotina jovem e é importante "abrir espaço para esse tipo de debate". Para ela, a grande dificuldade é preparar os professores. "Não é a mesma coisa que ensinar equação do segundo grau. É preciso ter apuro pedagógico." Por isso, ela diz compreender o receio de algumas famílias de que a discussão seja feita de modo exagerado e "passe dos limites do que é esperado da escola e tenha colisão com os valores que elas acreditam". Esse exagero também é temido por movimentos como o

Escola sem Partido.

Para Claudia Costin, pesquisadora da Fundação Getulio Vargas (FGV) e ex-diretora do Banco Mundial, "informar que isso (identidade de gênero) existe é, sim, papel da educação" e recolher livros seria algo "no extremo". Segundo ela, países como Inglaterra e França também incluem a identidade de gênero na educação de seus jovens.

Já o ex-secretário executivo do MEC João Batista Araújo e Oliveira tem dúvidas sobre a necessidade dessa elaboração nos colégios. "O currículo e o livro didático deveriam se concentrar em questões essenciais para a formação das pessoas, isso deveria estar definido em currículo. Se bem feito, dificilmente incluiria essas questões."

Religião

A bancada evangélica, por sua vez, celebrou a proposta de Bolsonaro. "Parabéns. Essa questão de gênero já foi derrotada pelo Congresso em 2013", afirmou um dos líderes do grupo, o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ). Durante a Marcha para Jesus em Brasília, no dia 10, o presidente ressaltou que ideologia de gênero "é coisa do capeta". "Família é homem e mulher." Da mesma forma, desde os anos 1990 a Igreja Católica critica essa linha. Neste ano pela primeira vez o Vaticano lançou texto a respeito: "Homem e Mulher os Criou". Já o papa Francisco ligou a defesa do termo à "guerra global" contra a família. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Estudo identifica fator ambiental evitável que intensificou efeitos da zika, como microcefalia

Bactéria presente na água é um dos fatores que acelerou morte de células cerebrais, segundo cientistas; Nordeste teve 88,7% dos casos de malformação congênita associados ao vírus

RIO — Cientistas brasileiros identificaram, pela primeira vez, um fator ambiental que intensificou os efeitos da infecção pela zika no cérebro humano, como a microcefalia. O estudo aponta que uma cianobactéria, presente na água, é um destes cofatores que aceleraram o processo de morte de células cerebrais. Isso ajuda a explicar o motivo pelo qual o Nordeste concentrou a maioria dos casos da malformação ligados ao vírus: a região tem a maior incidência da toxina liberada pela bactéria, a saxitoxina, em reservatórios.

Pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Instituto Dor de Pesquisa e Ensino (IDOR) concluíram que a população que consumiu água com saxitoxina e foi infectada pela zika pode ter sofrido maiores complicações neurais da doença. O estudo ocorreu em parceria com a Fiocruz e a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Entre 2015 e 2018, o Nordeste concentrou 88,4% dos casos de microcefalia, doença que causa uma malformação congênita em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada, analisou o RehenLab, do IDOR. No mesmo período, por outro lado, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net), a região era a terceira em número de casos reportados de zika. Diante disso, um dos focos da pesquisa foram as mulheres grávidas, e percebeu-se que a combinação da toxina e do vírus acelera a degeneração das células do cérebro.

A saxitoxina é considerada um fator ambiental evitável, já que melhores condições de

saneamento básico e de tratamento de água nos reservatórios poderiam minimizar o problema.

Entre 2012 e 2016, o Nordeste passou por sua pior seca. Com menos água nos reservatórios, o processo de eutrofização — maior crescimento de plantas aquáticas, onde a cianobactéria se encontra — se intensificou. Este fator e o baixo tratamento de esgoto em diversas áreas da região auxiliam na proliferação dessas bactérias.

— Uma das formas de combate é a redução de desigualdade social. A falta de acesso a água potável e ao saneamento básico deixam uma parte da população mais suscetível a uma série de doenças — pontua o professor Stevens Rehen, coordenador do grupo de pesquisa.

Um agravante na prevenção é que filtrar ou ferver a água não matam as cianobactérias, resistentes a altas temperaturas.

Outros países não virão explorar questões nossas

O Rehenlab, que é associado ao Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ, estuda os efeitos da zika no sistema nervoso desde 2016. O laboratório analisa organoides cerebrais, "mini-cérebros" desenvolvidos em laboratório.

— Nós pegamos um pedacinho de pele ou células presentes na urina e fazemos com que voltem no tempo, para que virem células embrionárias, que podem se transformar em qualquer tipo de célula. Então, conduzimos para que se transformem em células do tecido cerebral — explica o professor Stevens Rehen, coordenador do grupo de pesquisa.

A pesquisa é como um alerta para que o Ministério da Saúde, que já recebeu as descobertas, reavalie a quantidade segura de cianobactérias na água.

Os efeitos da zika foram comparados quando a infecção ocorre isoladamente e quando associada a saxitoxina nestes organoides cerebrais, e também em camundongas grávidas. As doses usadas nas cobaias eram 200 vezes menores do que as consideradas seguras pelo Ministério da Saúde.

— O efeito deletério no vírus (degradativo) é aumentado pela saxotina, tanto no tecido humano quanto nas camundongas. A dosagem de saxotoxina não era grave por si só, mas teve efeitos nocivos quando associado ao vírus da zika. — esclarece Rehen.

Rehen considera que o estudo é um exemplo da importância do investimento na ciência e em pesquisa.

— É uma pesquisa feita 100% no Brasil sobre um problema brasileiro. Precisamos do CNPq, Capes e Ministério da Ciência e Tecnologia rodando, eles fazem uma diferença enorme na ciência nacional. Outros países não virão até aqui para explorar questões nossas, que se referem a nossa desigualdade — opina Rehen.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Corte da Capes atinge 508 bolsas em Minas Gerais

Estado é o 4º mais afetado por congelamento anunciado pelo governo.

O corte anunciado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vai atingir 508 bolsas em Minas Gerais, como informou a instituição nesta terça-feira (3). Ao todo, 5.613 bolsas foram suspensas no Brasil a partir deste mês de setembro e MG é o quarto estado mais afetado pela decisão.

Ainda segundo a **Capes**, a economia prevista com o corte das bolsas em Minas Gerais, em 2019, é de mais de R\$ 3 milhões. A fundação do Ministério da Educação (MEC) não aceitará novos pesquisadores neste ano.

A coordenação distribui bolsas de mestrado, no valor de R\$ 1.500 mensais, e de doutorado, de R\$ 2.200, diretamente às instituições que possuem cursos de pós-graduação stricto sensu avaliados pela agência. Muitos desses pesquisadores assinam um contrato de dedicação exclusiva e não podem acumular atividades remuneradas.

Cortes na educação

O MEC divulgou, na tarde desta segunda-feira (2), que, em 2020, a **Capes** só terá metade do Orçamento de 2019. Na proposta de orçamento para 2020, a perda prevista para todo o MEC é de 9%.

A crise no financiamento das pesquisas afeta também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O CNPq também suspendeu a concessão de novas bolsas e os atuais bolsistas podem não receber a partir de setembro.

Uma série do G1 MG mostrou o impacto do corte de bolsas do CNPq na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Cortes na Capes atingem 14 bolsas de pesquisa para pós-graduação em Sergipe. Capes prevê economia de R\$ 4,7 milhões, conforme Governo Federal. Em 2019, já são mais de 80 bolsas suspensas em Sergipe.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**) anunciou os cortes nesta segunda-feira (2). Para 2020, a entidade terá metade do Orçamento de 2019. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), das 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado descontinuadas no Brasil a partir deste mês, 14 são da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Com a medida, a **Capes** deixará de repassar R\$ 131,8 mil a bolsistas da universidade de Sergipe. O valor é referente a bolsas que ficariam ociosas neste período, ou seja, que não serão repassadas a novos estudantes.

Este já é o terceiro contingenciamento anunciado pelo Governo Federal no ano. No primeiro deles, em 8 de maio, a **Capes** comunicou o bloqueio de 3.474 bolsas no país. Em Sergipe, foram pelo menos 15.

Depois, em 4 de junho, informou que deixaria de oferecer 2,7 mil bolsas, sendo que esse número foi aplicado em cursos com conceito nota 3. Mais uma vez, o estado foi atingido, e perdeu mais 55 bolsas.

Considerando todos os anúncios feitos até agora, o total de bolsas que deixam de ser

oferecidas em 2019 chega a 11.811. Só na UFS são 84 pesquisas a partir deste ano.

UFS

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Falta de orçamento ameaça mais de 1,1 mil pesquisadores com bolsas do CNPq na região

Pesquisas são mantidas com apoio do órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Pasta informou não ter verba para honrar pagamentos a partir deste mês.

Mais de 1,1 mil pesquisadores correm o risco de terem bolsas de estudo cortadas na região. Eles são mantidos com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujos recursos para manter os pagamentos a partir deste mês estão esgotados.

As bolsas são fornecidas para pesquisadores e estudantes de graduação, mestrado e doutorado que atuam com pesquisas dentro de instituições.

Na região, as bolsas atendem pesquisadores em instituições como Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Centro de Monitoramento de Desastres Naturais (Cemaden), Universidade de São Paulo (USP), entre outras instituições.

A maior concentração deles está em São José dos Campos, que abriga 992 bolsistas; seguida de Lorena, com a USP, com 49 profissionais.

O orçamento do CNPs para este ano é de R\$ 784,78 e, segundo o ministro da Ciência e Tecnologia (Mctic), Marcos Pontes, já havia sido consumido até o último sábado (31).

Os pagamentos de setembro não estavam garantidos até esta terça-feira (3), impondo um risco de apagão na ciência no país. O déficit de recursos do CNPq neste ano supera R\$ 300 milhões.

O que eles fazem?

De físicos, a engenheiros e fisioterapeutas, os pesquisadores recebem o amparo do conselho depois de terem sido aprovados para programas de pós-graduação ou projetos de pesquisa – no caso de bolsas de produtividade.

A última modalidade é o caso da Maria Elizete Kunkel, PHD em biomecânica, que há três anos é bolsista CNPq e recebe R\$ 1,1 mil mensais.

Entre os projetos que desenvolve, um deles no laboratório na Unifesp em São José dos Campos, são desenvolvidas próteses para crianças por meio de impressão 3D. No local, atuam outros 12 alunos, também mantidos por bolsas, mas da graduação, recebendo R\$ 400 ao mês cada um.

Tudo o que é desenvolvido no laboratório vira produto e depois é distribuído de forma gratuita para crianças em todo o Brasil. Ela conta que, com as restrições orçamentárias,

já mantinha parte da estrutura com verba própria, inclusive complementando bolsas de outros alunos.

“Esse é um trabalho importante que atende crianças em todo o Brasil. São mais de 18 mil necessitando desse tipo de prótese e nossa capacidade é de produzir 12 delas ao ano. Nesse laboratório preparamos outros profissionais para que continuem esse trabalho, mas eles não têm condição de manter isso sem suporte”, analisou.

Bolsa de pesquisadores que trabalham com prótese infantil pode ser cortada

Nesta terça-feira (3), a equipe vai entregar a prótese do Arturo, de 8 anos, que nasceu com uma má formação. “Eu achava que seria impossível para ele ter acesso a isso e vai mudar a vida do meu neto. Ele vai brincar, ele vai ganhar mais autonomia e ver que outras crianças nessa condição não vão ter essa chance é doloroso”, conta Sueli Medina. (veja vídeo do teste da prótese acima)

A fisioterapeuta e doutora em engenharia biomédica, Regiane Albertine, é bolsista desde 2010 e recebe R\$ 1,1 mil ao mês. Entre seus projetos de pesquisa estão a descoberta de um tratamento eficaz contra a dor na fibromialgia com laser – o que diminui no paciente a dependência de analgésicos. O trabalho da pesquisadora se estendeu a uma outra descoberta: a de um tratamento complementar contra dor na tendinite também com laser.

Além dos resultados já apresentados, hoje ela atua em um projeto de terapia para o tratamento do desequilíbrio na reabilitação de amputados. O projeto foi aprovado com investimento de R\$ 37 mil, que são apenas para compra dos itens necessários para o desenvolvimento da pesquisa e aparelhos, mas do montante, apenas R\$ 4 mil foram liberados.

“Somos pesquisadores e essas bolsas na verdade mantém descobertas que somam para sociedade”, afirma Regiane Albertine.

Inpe

O Inpe é um dos espaços de ciência com o maior número de bolsistas na região. Na modalidade pós-graduação são 85 pesquisadores vinculados ao CNPq. Os pesquisadores atuam em áreas como a análise das imagens do desmatamento da Amazônia, além de projetos de satélite, como o Amazonia-1.

Segundo os pesquisadores, um dos pontos de atenção dentro da instituição é a falta de servidores - cuja defasagem se arrasta nos últimos anos sem a reposição do efetivo desligado, principalmente, por aposentadorias.

Com isso, o pesquisador faz parte da engrenagem operacional do Inpe, além de trabalhar no desenvolvimento de sua pesquisa. A possibilidade de encerramento dos pagamentos poderia deixar lacunas nas atividades do instituto, conforme relataram pesquisadores ouvidos pelo G1.

Sabrina Correa teve a bolsa de R\$ 1,5 mil aprovada no início do ano para a pós-graduação em sensoriamento remoto. Ela trabalha com processamento digital de imagem que baseia, por exemplo, a análise do monitoramento da Amazônia.

Ela é de Vila Velha no Espírito Santo e o valor da bolsa é o que a mantém na região, já que o pesquisador não pode exercer atividade profissional extra, com dedicação exclusiva à pesquisa.

“Nós que somos pesquisadores não teríamos o que fazer em caso de corte, a não ser abandonar o barco. O Inpe tem muita demanda e hoje fazemos parte de braços aqui dentro. Isso complicaria o andamento de projetos dentro da instituição”.

Segundo Ronald Buss de Souza, chefe de gabinete do Inpe, os bolsistas de mestrado e doutorado estão em risco porque não há uma resposta do CNPq, mas garantiu que instituição está preparada para o impacto. Em todo o Inpe, são 550 alunos mantidos por agências, entre **Capex(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e CNPq.

“O Inpe trabalha exclusivamente com agências de fomento à pesquisa. Hoje o maior problema é com o CNPq e traria um impacto menor. Esse é um problema que vai afetar toda a estrutura de pesquisa do Brasil, mas é diretriz do governo federal de reduzir em algumas áreas em benefício de outras”, analisou Buss.

Verba

Desde o ano passado, o CNPq alerta que necessita de pelo menos R\$ 300 milhões para conseguir honrar os pagamentos de setembro a dezembro. Até o começo de agosto, já havia usado 88% da verba que tinha disponível em 2019 para o pagamento de bolsas de pesquisa. O ministro admitiu o esgotamento da verba no último fim de semana.

Um crédito suplementar de R\$ 248,9 milhões foi aprovado pelo Congresso, em junho, mas segundo o ministro Marcos Pontes, não estava garantido, dependendo de aprovação do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Além do CNPq, a **Capex**, que também fomenta a pesquisa no Brasil, anunciou corte de 5 mil bolsas e redução de 11 mil novas bolsas. O corte veio depois do anúncio do Ministério da Educação de que a agência só teria metade do orçamento deste ano para 2020.

Outro lado

O Ministério da Economia foi procurado e informou que até agora não existe definição sobre novos recursos liberados para o pagamento dos bolsistas do CNPq. "Todas as dificuldades em relação às restrições orçamentárias estão sendo analisadas pela Junta de Execuções Orçamentárias (JEO)", informou a nota da pasta.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Educação e ciência - O furacão chegou ao Brasil

“Não podemos nos calar, nos omitir, pois estaremos a ferir a nossa própria consciência e comprometendo as futuras gerações de brasileiros e brasileiras “, diz Isaac Roitman, professor emérito da Universidade de Brasília

Recomendo a leitura desse artigo tendo como fundo musical uma marcha fúnebre.

Vivemos um pesadelo. Testemunhamos o enterro da Educação e da Ciência brasileira.

O furacão chegou. Textos foram escritos, vozes se fizeram ouvir, anunciando sua chegada. Esforço inútil. No olho do furacão a calma e a irresponsabilidade dos que

ocupam o poder é surpreendente. Não avaliam a magnitude e a cumplicidade do crime que estão cometendo. Como primeiro passo colocaram as Universidades públicas à míngua. Feriram de morte o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Interrompem brilhantes carreiras científicas ao cortar bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (**Capes**). A fuga de cérebros anunciada é uma realidade e se multiplicará. Todo esforço feito para consolidar e desenvolver o sistema de Ciência e Tecnologia está sendo colocado no ralo.

O que fazer nesse cenário devastador? Ficar em silêncio, nem pensar. O silêncio seria cumplicidade. Vamos lembrar o pensamento de Martin Luther King: “O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons”. Vamos também lembrar o pensamento de Abraham Lincoln: “Pecar pelo silêncio, quando se deveria protestar, transforma homens em covardes”. Covarde é aquele que não abre novos caminhos na vida, nem emprega as suas forças para enfrentar os obstáculos. Não podemos nos calar, nos omitir, pois estaremos a ferir a nossa própria consciência e comprometendo as futuras gerações de brasileiros e brasileiras.

Vamos amplificar o clamor que tem sido feito pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) e por centenas de entidades ligadas à Educação e Ciência, com o objetivo de estancar essa verdadeira hemorragia que compromete o futuro do País.

Nossa juventude não pode ficar calada observando a catastrófica destruição de nossa educação e nosso sistema de ciência e tecnologia. Vocês têm toda a legitimidade de pavimentar as estradas de seu futuro. Lembrem-se sempre do pensamento de Immanuel Kant: “O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”. Vamos à luta. Diga não ao furacão. Não se omita pois é possível que depois do furacão venha o arco íris.

Sobre o autor:

Issac Roitman é professor emérito da Universidade de Brasília, pesquisador emérito do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciências

*O artigo expressa exclusivamente a opinião de seu autor

[topo](#)

NSC TOTAL - RS - TEMPO REAL

Cortes na Capes vão atingir 242 bolsas de pesquisa em Santa Catarina até o fim do ano

Novo congelamento por parte do Ministério da Educação faz com que universidades catarinenses não recebam investimento previsto de R\$ 1,6 milhão

O novo corte de 5.613 bolsas de mestrado e doutorado no Brasil anunciado nesta segunda-feira pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** atinge em cheio a produção científica em universidades catarinenses. Conforme dados divulgados pela **Capex** nesta terça e já comunicados por ofício aos reitores de instituições no Estado, pelo menos 242 bolsas serão congeladas a partir deste mês. Com isso, o governo deixará de investir R\$ 1,6 milhão em pesquisas catarinenses até o fim do ano.

Os cortes afetam bolsas que seriam abertas a partir de setembro, com a implementação de novos pesquisadores após a conclusão de pesquisas anteriores. Com isso

a **Capes** garante que nenhuma pesquisa em andamento será prejudicada, cortando apenas o investimento em novas pesquisas até o fim de 2019.

O ato já é o terceiro deste tipo desde o início do governo Jair Bolsonaro (PSL). Neste ano, a **Capes** já teve R\$ 819 milhões contingenciados, e no primeiro orçamento feito pelo governo para 2020 o órgão perde metade da verba — que passaria de R\$ 4,25 bilhões para R\$ 2,20 bilhões.

UNIVERSIDADE

Sem desbloqueio de recursos, UFSC tem verba equivalente a um mês e meio para fechar 2019

A maior parte dos cortes em bolsas da **Capes** em SC atinge a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que já comunicou os coordenadores que não abrirá 56 bolsas (37 de doutorado e 19 de mestrado). O número se soma a outras 70 bolsas que entraram nos cortes de maio e, segundo o superintendente de Pós-Graduação Juarez Vieira do Nascimento, pode ser ainda maior nos próximos meses.

Inicialmente os cortes afetariam somente bolsas do programa **Capes** DS (Demanda Social), mas o ofício enviado pela **Capes** nesta terça-feira de manhã cita também contingenciamento no programa Proex, que dá bolsas para pesquisas de excelência.

Outra instituição afetada e que já contabilizou as perdas é a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Segundo o setor de pós-graduação, 24 bolsas que seriam abertas a partir deste mês já foram congeladas e os alunos serão comunicados.

No Oeste, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) também já foi comunicada e sabe que não poderá abrir cinco novas bolsas de mestrado que estavam previstas para setembro. A instituição não sabe ainda, no entanto, quantas novas bolsas teria para implementar nos meses seguintes.

Apreensão entre os pesquisadores

Uma das situações que mais preocupa os pesquisadores e as universidades é a dos alunos que largaram empregos por conta das bolsas. Muitos editais não deixam que o estudante contemplado tenha outro trabalho ou fonte de renda oficial para poder receber a bolsa de pesquisa científica. Por isso, muitos pesquisadores que já haviam sido aprovados para as bolsas que abririam este mês já estavam contando com a renda.

É o caso de Leona Carolina da Silva Marques, de 24 anos. Graduada em Engenharia de Petróleo e terminando a licenciatura em Química, ela era professora da rede estadual de ensino em Penha, no Litoral, e largou o emprego para iniciar uma pesquisa na UFSC. Agora, não sabe como serão os próximos meses:

— O edital para o mestrado tinha saído no semestre passado e o programa contemplava duas bolsas. Elas seriam para os melhores colocados e um dos critérios era que a pessoa não poderia ter vínculo trabalhista. Eu dava aula em escola e desisti justamente para pegar a bolsa e me dedicar à pesquisa. Comecei a pesquisa no laboratório da UFSC em Blumenau no mês passado e o dinheiro já deveria ter caído, mas por enquanto nada — explica.

Leona conta que a dedicação exclusiva à pesquisa é essencial para a qualidade do

projeto, que é inviável acompanhar resultados e ficar no laboratório, tendo que conciliar um emprego ou outra atividade. No caso dela, a pesquisa envolveria complexos de cobre como catalisadores na degradação do meio ambiente e também complexos utilizados na doença de chagas.

— Agora fico me perguntando como que eu vou fazer. Provavelmente vou ter que procurar outro serviço e fazer o mestrado ao mesmo tempo. A qualidade da pesquisa só tende a piorar, a dedicação pela pesquisa também. Infelizmente prejudica demais a pesquisa. O meio acadêmico está sendo atacado, a produção científica está sendo atacada. A gente que vive a realidade sabe que não é fácil desenvolver algum projeto que vai gerar impacto na sociedade, então me entristece quem acha que pesquisa não é trabalho.

topo ↕

O PARANÁ - PR - TEMPO REAL

MEC - corte afeta 11,8 mil bolsas de pós-graduação

Ao todo, as 11.811 bolsas cortadas correspondem a 5,57% do total de vagas ofertadas pelo sistema neste ano

Brasília – O Governo Jair Bolsonaro anunciou o corte de mais 5.613 bolsas de pós-graduação que seriam ofertadas pela **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, agência federal de fomento à pesquisa, a partir de setembro. O congelamento, que passa a vigorar neste mês, soma-se a outras 6.198 bolsas que haviam sido bloqueadas no primeiro semestre de 2019.

Ao todo, as 11.811 bolsas cortadas correspondem a 5,57% do total de vagas ofertadas pelo sistema neste ano. O bloqueio foi anunciado ontem (2) pelo presidente da instituição, Anderson Ribeiro Correa, e é reflexo da redução do orçamento da instituição. Havia sido reservados para este ano R\$ 4,250 bilhões, dos quais R\$ 819 milhões foram bloqueados.

Ao anunciar os números, Correa afirmou que o novo bloqueio representa R\$ 544 milhões que deixam de ser investidos nas bolsas em quatro anos. O cálculo foi feito a partir do montante que seria investido em quatro anos. Não há informações se as bolsas atingidas agora serão retomadas.

Para 2019, a medida representa R\$ 37,8 milhões a menos de investimento em pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. A **Capex** financia também bolsas para professores de educação básica. A área, contudo, ainda não foi atingida pelos cortes.

A previsão para 2020 é de que o orçamento da coordenação caia para R\$ 2,2 bilhões, o equivalente a 51% do orçamento previsto para este ano. O secretário executivo do MEC, Antonio Vogel, afirmou que a equipe está buscando alternativas para que não haja prejuízo na pesquisa do País.

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

ESCOLA BOA NO GOVERNO BOLSONARO, SÓ PARA FILHO DE MILITAR Cortes na Capex e investimento em colégio militar mostram que direito à educação não é para todos

A Fiesp ofereceu o presente e o presidente Jair Bolsonaro já agradeceu: a entidade bancará projetos básico e executivo do 14º Colégio Militar do país, em São Paulo. A nova escola promete ser grandiosa e ocupar uma área equivalente a cinco campos de

futebol na Zona Norte de São Paulo, atendendo a pelo menos 1.000 alunos.

Como a iniciativa é ambiciosa e a construção demorada, provisoriamente 90 alunos começam já a ser atendidos nas instalações do Exército da capital paulista, a partir de fevereiro. Não faltou dinheiro para contratar professores, fazer reformas emergenciais no imóvel, licitar a aquisição de estandarte e também de letreiro da unidade.

A Fiesp vai dar uma boa mãozinha (especialistas estimaram custo com projetos de até R\$ 900 mil), mas a nova escola será construída com recursos do Ministério da Defesa, cuja área educacional celebra um 2019 livre de cortes e, ainda, como símbolo de excelência.

O presidente afirmou que é preciso

Seria uma conquista de todos, não fosse por um detalhe: no colégio militar, só existe vaga garantida para quem nasce em berço verde-oliva. Melhor dizendo, os filhos e filhas de militar de carreira do Exército, sejam da ativa ou da reserva. De 12.500 alunos atualmente matriculados nas unidades pelo país, 82% se enquadram nessa categoria — as vagas que sobram são preenchidas após disputado processo seletivo, onde todos podem participar.

A nova escola chega no mesmo momento em que a **Capes** — organismo do Ministério da Educação responsável pelo aperfeiçoamento do ensino no país — destaca em sua página web, como se fosse notícia boa, a informação de que nenhuma nova bolsa de estudo será concedida neste ano. E que estão oficialmente congeladas 6 mil bolsas. Se projetados os quatro anos de duração delas, são R\$ 544 milhões a menos no orçamento da Educação, comemora o ministério.

É normal ver governos celebrarem eficiência administrativa decorrente de redução no cafezinho da repartição, de desconto no preço final de uma obra ou dos cortes da propaganda oficial. O que não é normal é tratar corte em bolsa de professor como economia útil ao país. Nos novos tempos, se você pensa em garantir educação de qualidade para os filhos e é brasileiro nato, corra que dá tempo de ingressar na carreira militar. Homem tem de ter 1,60 metro de altura; mulheres, 1,55.

[topo](#)

RÁDIO CBN - TEMPO REAL

UEM estima que 20 bolsas devam ser atingidas com nova decisão da Capes

Agência nacional anunciou o corte de mais de 5 mil em todo o Brasil. É a terceira decisão que atinge a instituição em relação aos bolsas em 2019.

A Universidade Estadual de Maringá estima que 20 bolsas devam ser cortadas até o fim deste mês. São aquelas financiadas pela **Capes**, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. A fundação, ligada ao Ministério da Educação, anunciou o corte de cinco mil bolsas nessa segunda-feira (02) devido a dificuldades orçamentárias. A UEM foi notificada na manhã desta terça-feira (03).

A universidade estima o corte porque nenhuma bolsa de fato foi retirada ainda. O que deve acontecer é que as bolsas que forem liberadas por conta do término das pesquisas vigentes na pós-graduação não serão repassadas.

Esta é a segunda decisão da **Capes** envolvendo cortes. A primeira, no primeiro semestre do ano, tirou 12 bolsas de pós-graduação da UEM. A fundação também anunciou que cortaria outras 25 ao longo do ano devido ao conceito baixo de alguns programas.

No mês passado, o CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, cortou seis bolsas da universidade: três de iniciação científica e três no doutorado em física. Em todo o Brasil foram 4.500 cortes de bolsas do CNPq, e a justificativa foi orçamentária.

Atualmente a UEM tem 56 programas de pós-graduação, entre mestrado e doutorado – e oferta em torno de 700 bolsas (número que varia).

Os valores pagos são R\$ 400 para iniciação científica, R\$ 1.500 para mestrado e R\$ 2.200 para doutorado.

O Diretor de Pesquisa da UEM, professor Luiz Cótica, disse que ainda tudo é muito nebuloso quanto à decisão. Mas a estimativa é que neste mês a instituição deixe de ofertar 20 bolsas.

Corte de bolsas não é o mesmo que corte de vagas. A questão é que, para muitos pesquisadores, não ter auxílio inviabiliza o trabalho. E aí a universidade teme perder projetos por falta de interesse dos novos cientistas.

topo 

ZERO HORA - RS - TEMPO REAL

Com 725 bolsas de pesquisa congeladas, RS é o segundo Estado mais atingido por cortes na Capes

São Paulo lidera o ranking, com R\$ 11,4 milhões a menos no investimento em pesquisa

O Rio Grande do Sul passou a amargar a ingrata posição de ser o segundo Estado brasileiro a ter o maior número de bolsas de pesquisa – entre mestrado e doutorado – cortadas. Do congelamento de 5.613 bolsas anunciados na segunda-feira (2) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**), 725 são de universidades gaúchas, informa o órgão.

Com a interrupção, R\$ 4,7 milhões deixarão de ser destinados ao fomento de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no RS. São Paulo foi o que mais perdeu bolsas, 1.673, o que significa R\$ 11,4 milhões a menos no investimento em pesquisa naquele Estado.

Quando é feito o recorte da região Sul, a medida significa que deixarão de ser ofertadas 1.407 bolsas de estudo nos três Estados.

Conforme a **Capes**, em todo o Brasil, o corte significa a não transferência de R\$ 37,8 milhões em novas bolsas, somente em 2019. Contudo, esse valor pode alcançar os R\$ 544 milhões nos próximos quatro anos.

O corte anunciado deixou em estado de alerta e de preocupação reitores de universidades federais gaúchas. Paulo Burmann, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), diz que não tem certeza se os cortes incluem aqueles que foram anunciados para os cursos com nota 3 nas avaliações nacionais de desempenho ou se eles serão discricionários no que diz respeito às notas dos cursos. Porém, adiantou que

das 603 bolsas de mestrado, 52 foram cortadas. No que tange o programa de doutorado, 15 foram congeladas entre 467.

— Esta é a situação atual. E a preocupação se acentua quando observamos o fechamento do sistema para a renovação de novos bolsistas. Nominalmente, são 68 pessoas fora dos programas de pós-graduação da nossa universidade. Isso, sem contar as outras 1.283 que, dentro deste novo cenário, não serão redistribuídas conforme os pesquisadores fazem suas defesas de teses e dissertações. Esses cortes são um equívoco gravíssimo e levaremos décadas para retomar a produção de conhecimento — sinaliza.

Na Universidade Federal de Rio Grande (Furg), serão perdidas nove bolsas de doutorado, 16 de mestrado e quatro de pós-doutorado somente no mês de setembro. A expectativa é de que, até dezembro, outras 13 bolsas de pós-doutorado sejam suspensas. Cleuza Dias, reitora da entidade, diz que os cortes são um retrocesso:

— Considero estes cortes de bolsas um grande retrocesso para a pesquisa brasileira, que vinha crescendo consideravelmente nos últimos anos. É inadmissível que um governo reduza drasticamente os investimentos da educação, pois isso afeta diretamente o desenvolvimento da nação brasileira.

O pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Joviles Trevisol, afirma que das 32 bolsas de mestrado, cinco serão perdidas com o corte. Ele ressalta que o impacto deste congelamento é “gigantesco, porque se soma a um conjunto de cortes que o governo federal promove no setor da educação”. Trevisol aponta para o efeito cascata que o anúncio desta decisão tem para outras agências de fomento à pesquisa no Brasil.

— Quando a **Capes**, que deveria incentivar a pesquisa, perde, progressivamente, seu orçamento, agências estaduais de financiamento também sentem este impacto e começam a apresentar dificuldades para amparar o desenvolvimento da ciência no país — disse o pró-reitor de pesquisa e pós-graduação.

Ele faz um apelo à comunidade acadêmica e brasileira ao conclamar a sociedade a “lutar em defesa dos investimentos públicos na ciência e na tecnologia”:

— É um momento difícil este que estamos enfrentando. Os cortes desestabilizam e desmotivam aqueles que querem desenvolver soluções para os problemas do país. A sensação é de que o sistema está ruindo, se fragilizando, levando embora nossa esperança de um futuro promissor. Mas precisamos lutar para não viver um retrocesso ainda maior.

Lucia Pellanda, reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), explica que a instituição tem 76 bolsas de mestrado, 59 de doutorado e 13 de pós-doutorado. Com o anúncio do novo congelamento, serão encerradas três bolsas da universidade, uma de mestrado e uma de doutorado da área de Ciências da Saúde e uma de mestrado do setor de Biociências.

— Parecem pouco três bolsas, mas são trabalhos que vêm sendo desenvolvidos há anos, que envolvem o desenvolvimento de vacinas, estudos genéticos, epidemias etc. Este corte é trágico, porque pesquisa está ligada à soberania nacional. Quando uma nação

não faz pesquisa, ela vai em busca de tecnologia estrangeira e não pensa em soluções próprias. A pesquisa e a educação são investimento, é preciso investir nestes pilares para sair da crise. Por isso, vejo esses cortes como um retrocesso que não sei quanto tempo levaremos para recuperar — afirma.

A reportagem de GaúchaZH entrou em contato com a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem edição. Pedro Hallal, reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), afirmou que ainda não é possível mensurar quantitativamente o impacto no número de bolsas fechadas, porque isso depende do prazo de entrega das teses e das dissertações de cada um dos programas de pós-graduação da instituição.

A assessoria de imprensa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) informou que o sistema da **Capes** está fechado e que eles não conseguem verificar se realmente não é possível cadastrar novas bolsas, nem conseguem mensurar o número de benefícios que podem ser perdidos.

A **Capes**, que informou sobre as 725 bolsas cortadas no RS, não soube informar a distribuição delas por instituição de ensino.

Universidades privadas também são afetadas

O fomento à pesquisa em instituições particulares também é impactado. Por meio de nota, Evilázio Teixeira, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), afirmou não ter contabilizado o número de bolsas que poderão ser cortadas diante do novo movimento da **Capes**, mas alerta que a suspensão de novos cadastramentos resultará em grandes impactos.

— Precisamos ter em mente que, embora possa parecer um problema exclusivo das universidades, a redução drástica no custeio e nos investimentos em pesquisa afeta a sociedade brasileira — disse.

A Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) revelou que, até o momento, somente uma bolsa na modalidade por taxa – na qual a **Capes** paga ao bolsista a quantia de R\$ 800, que deve ser repassada à instituição de ensino – foi cortada. Isso, em um universo de 51 bolsas de mestrado e 46 de doutorado. Para Nádia Schröder, diretora de pós-graduação e pesquisa da entidade, o país vive “um retrocesso desesperador”:

— É o desmonte da pós-graduação e da pesquisa no Brasil, que são, justamente, as áreas de onde surgem o avanço e a inovação. Um país sem conhecimento se perde.

Por meio de nota, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) não informou o número de bolsas que foram congeladas, mas informou que a instituição “não foi impactada de maneira significativa. Além dos recursos do governo, a Universidade procura desenvolver projetos de pesquisa com empresas buscando outras alternativas para proporcionar aos alunos o acesso à pesquisa”.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Em assembleia, UFSC recusa Future-se e aprova indicativo de greve

Assembleia também discutiu a possibilidade da suspensão do vestibular em 2020; posicionamento definitivo sobre esses assuntos deve sair na tarde desta terça-feira, após reunião do conselho universitário

Alunos, técnicos e professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) se posicionaram contra a adesão ao programa Future-se, durante assembleia unificada na noite de segunda-feira, 2. Também foi aprovado indicativo de greve geral a partir do dia 10 deste mês. O posicionamento definitivo da instituição será deliberado pelo Conselho Universitário (CUn) nesta terça-feira, 3.

No encontro, que durou mais de três horas, também foi votada possibilidade de suspensão do vestibular 2020, que está programado para ser lançado nesta quinta-feira, 5. O reitor Ubaldo Balthazar, que participou do encontro, avaliou a assembleia como legítima e ressaltou que as propostas serão levadas ao Conselho Universitário. "A assembleia, convocada pelas entidades representativas de estudantes, técnicos e docentes, transformou-se em uma assembleia estudantil, o que não lhe tira a importância e legitimidade. Foram apresentadas propostas que, em última análise, serão avaliadas pelo Conselho Universitário", declarou.

ufsc

A tendência é de que o conselho acompanhe a decisão da assembleia quanto ao Future-se. Já sobre a suspensão do vestibular 2020, a UFSC emitiu um comunicado afirmando que o concurso está confirmado e que "é ato administrativo regular, regido pelo Conselho Universitário".

O Future-se foi anunciado pelo MEC em julho deste ano para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. De acordo com a proposta, a adesão ao Future-se não é obrigatória. O governo tem afirmado que as universidades e os institutos federais não serão privatizados e orçamento anual continuará sendo destinado às instituições. Antes de ser efetivamente implantada, a proposta ainda precisa ser aprovada pelo Congresso. Outras federais, como a UFRJ, a maior do país, já anunciaram que não pretendem aderir ao programa.

Novas medidas de contenção

Na sexta-feira, 30, a Administração Central da UFSC emitiu comunicado detalhando as medidas já tomadas e as que estão sendo planejadas para serem implantadas caso os bloqueios orçamentários do governo federal às instituições de ensino

superior persistam.

A UFSC anunciou que já promoveu renegociações de contratos, que geraram uma redução de 95 postos de trabalho terceirizados, e reduziu o cardápio do Restaurante Universitário. A partir de 15 de setembro, caso não seja revista a política de cortes, poderá haver

restrições ao Restaurante Universitário, além da suspensão de eventos acadêmicos, de concessão de novas bolsas e racionamento de uso de energia em todos os departamentos, entre outras medidas, segundo a administração da universidade.

O MEC encerrou a consulta pública ao programa Future-se na última sexta, 30. A partir de agora, segundo informou o órgão, será realizada uma análise das propostas, que usará softwares específicos para classificar as sugestões, para que então sejam promovidas possíveis alterações ao texto da minuta de projeto que será enviado ao Congresso.

Procurado pelo Estado, o órgão diz que não há uma lista oficial de instituições que recusaram o programa, mas confirma que 15 universidades teriam sinalizado adesão ao projeto.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro esmaga a ciência brasileira, diz pesquisador

Pela terceira vez, é com prazer que recebo aqui no blog um texto do professor Marcelo Lima, do Departamento de Fisiologia e do Laboratório de Neurofisiologia da Universidade Federal do Paraná. O professor Marcelo apresenta abaixo um diagnóstico lúcido e, infelizmente, um bocado triste da ciência brasileira sob a égide de Bolsonaro. Sem mais delongas, vamos ao texto.

Sim, o governo Bolsonaro esmaga a ciência brasileira

Escrevi, meses atrás, por ocasião dos 100 dias do novo governo federal, um texto fazendo um breve balanço acerca das expectativas da comunidade científica brasileira sobre as políticas de Bolsonaro para a área.

Descrevi o panorama de cortes de recursos tanto para o MEC (Ministério da Educação) quanto para o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e manifestei minha estupefação a respeito da (agora consolidada) retórica obscurantista disseminada que víamos. O fato novo, e que começa a ganhar um contorno bastante vívido, ao olharmos para nossos pares, é que tal postura de confrontação absoluta e de pauperização de recursos começa a esmagar, dia a dia, a moral e a motivação de nossos pesquisadores, docentes e alunos.

Confesso nunca ter visto, dentro da universidade, tamanha frustração, sentimento de impotência, depressão e resignação. Minha percepção é que o governo está sendo bem sucedido nessa empreitada de desmantelamento, uma vez que agride além da esfera profissional.

A carreira científica nunca foi de grande atratividade para nossos jovens, fruto principalmente das poucas oportunidades de colocação profissional, mas esse quadro se torna cada vez mais precário, uma vez que não teremos condições nem mesmo de oferecer formação científica para nossos jovens. O CNPq, em sua página eletrônica, já coloca em letras garrafais “O CNPq informa a suspensão de indicações de bolsistas, uma vez que recebemos indicações de que não haverá a recomposição integral do orçamento de 2019”.

Há ainda outros alertas: “Informamos que está suspensa, até 30/09/2019, a seleção de bolsistas relativa à Chamada CNPq 22/2018 – segundo período, tendo em vista o disposto no item 16.2 do instrumento convocatório e a indisponibilidade de recursos orçamentários no corrente exercício” e “Informamos que, devido ao atual cenário orçamentário e ao Decreto no. 9.741 de 29 de março de 2019, está suspensa, temporariamente, a implementação de novas bolsas referentes à chamada Universal

MCTIC/CNPq no. 28/2018”.

Essas suspensões orçamentárias tem caráter temporário apenas por força de validade do referido decreto, refletindo clara e definitivamente a falta de apreço do governo pela ciência brasileira de hoje e, principalmente, de amanhã, que poderá nem mesmo existir.

Essa crise é repercutida internacionalmente pelas mais renomadas revistas da literatura científica mundial, como a Science e a Nature, em artigos que resumem a situação.

Ironicamente, nesse ambiente infértil, estamos discutindo, em conjunto com a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, a nova formatação de avaliação dos programas de pós-graduação do Brasil, em que se pesam critérios como planejamento estratégico, qualidade e adequação das teses e dissertações, da produção intelectual e dos docentes, destino e atuação dos egressos, internacionalização e impactos na sociedade.

Embora constante e sempre salutar, tal discussão, no ambiente atual, desfruta da inata cientificidade de nossa comunidade. Explico: dê-nos um aspecto técnico para discutirmos que o faremos a exaustão, até chegarmos a alguma conclusão, mesmo que esse aspecto seja referente a como construímos o melhor e mais eficiente telhado sem ao menos sabermos se haverá tijolos para as paredes.

Pergunto: até quando fará sentido pensarmos em métricas de aumento da qualidade se nossa atividade está à beira do cadafalso? Será que a sociedade brasileira tem uma percepção clara das consequências e dos impactos dessas escolhas para a soberania do Brasil? Parece-me cristalino que, quando um governo vende a ideia de ser patriota “acima de tudo”, contradiz-se gravemente ao impingir tamanha penúria à ciência e às universidades federais.

A proposta do “Future-se” foi à resposta do governo federal à crise, sem trazer nenhuma solução que já não tenha sido contemplada, por exemplo, pela Lei do Marco Legal da Ciência e Tecnologia (Lei No. 13.243 de 11 de janeiro de 2016), e carregando ainda um autoritarismo típico da atual gestão.

Não é à toa que a esmagadora maioria das universidades federais, após longas semanas de discussões e audiências públicas, tem produzido relatórios e pareceres que rejeitam a adesão ao projeto. O projeto chama a atenção também por se fundamentar em ideias fantasiosas de que se poderá arrecadar, por meio de um fundo de gestão obscura, cerca de R\$ 50 bilhões através de investidores privados, sendo que atualmente já não há barreiras legais para tais parcerias.

Portanto, já deveríamos contar com um significativo aporte de recursos por meio de parcerias público-privadas, mas não as temos. É possível concluir que a pesquisa científica não gera atratividade para o empresariado brasileiro, que está imerso em impostos e majoritariamente dedica-se à sobrevivência de seus negócios, em sua maioria voltados à prestação de serviços. Além disso, não temos uma cultura formada, aos moldes americanos, de fomento a doações por parte de ex-alunos economicamente bem sucedidos. Há, porém, exemplos de situações em que grandes empresários brasileiros doam fortunas para universidades ou institutos de pesquisa dos Estados Unidos, mas não do Brasil.

Mas o golpe mais duro, no momento, está sendo dado no CNPq, que necessita da liberação de mais R\$ 330 milhões de reais para conseguir honrar seus compromissos em 2019. Lembremos que essa situação já tinha sido antecipada em março deste ano pelo presidente do órgão, João Luiz Filgueiras de Azevedo.

A consequência disso será concretizada num corte de 84 mil bolsas de pesquisa que correspondem aos salários de alunos de mestrado, doutorado e pós-doutorado que compõem o grande volume produtivo da ciência brasileira. Para que se entenda isso, devemos imaginar que um laboratório de pesquisa funciona como uma pequena empresa. O gerente equivaleria ao pesquisador principal, que é um docente com amplo domínio daquela área do conhecimento, sendo, portanto, o responsável pela captação de recursos e orientação intelectual e metodológica dos alunos de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado envolvidos.

Esses alunos, portanto, corresponderiam aos funcionários da empresa, sendo remunerados com bolsas de pesquisa e gerando inúmeros produtos como artigos científicos, livros, softwares, medicamentos, vacinas, novos métodos diagnósticos e terapêuticos, entre tantos outros. A própria formação desses recursos humanos altamente qualificados já corresponde a um produto elementar para qualquer país que se propõe a galgar degraus em escalas de desenvolvimento social e econômico.

Tal cenário de desmantelamento é compatível com uma eventual extinção do CNPq ou mesmo fusão com a **Capes**, para desespero também de seus dirigentes, que se mostram frontalmente contrários a isso, devido a missões e orçamentos distintos das respectivas agências.

Nesse ínterim, não se vê nenhuma ação resolutiva por parte do ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, que também se revelou omissivo frente à truculência e boçalidade do presidente Bolsonaro a respeito dos dados sobre as queimadas levantados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Somado a tudo isso, devemos lembrar que estamos à beira de um colapso das universidades federais, considerando o corte orçamentário sem previsão de restabelecimento.

A incapacidade de negociação, ou mesmo de reflexão e autocrítica, por parte do governo, é compatível com essa postura beligerante. Ao debater com um dirigente de alto escalão do governo federal, ligado ao MEC, e com extensa formação acadêmica, fiquei consternado ao ouvir que as críticas que nós, docentes/cientistas, fazemos a essas políticas deletérias servem apenas para reforçar as convicções portadas pelo governo.

Portanto, concluo que a atual gestão federal em momento algum será sensível às nossas causas, já que mesmo os “supostamente” mais bem-intencionados de seus integrantes viram as costas para a ciência e para a universidade pública. Iremos, cada vez mais, ter nossas atividades de produção de conhecimento sendo paralisadas por inanição, removendo assim o nosso país de um honroso e arduamente conquistado décimo-terceiro lugar em produção científica mundial e colocando-o num patamar de ostracismo científico e intelectual que não merecemos e do qual não nos recuperaremos em uma ou duas gerações.